

**Angola: Consultas do Artigo IV de 2007— Relatório do Corpo Técnico;  
Pronunciamento do Representante do Corpo Técnico; Nota de Informação ao Público  
sobre a Discussão no Conselho de Administração e Declaração do Administrador do  
FMI para Angola**

Nos termos do Artigo IV do Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os países membros, normalmente uma vez por ano. No contexto das discussões sobre as consultas do Artigo IV com Angola, os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- O relatório do corpo técnico sobre as consultas realizadas em 2007 nos termos do Artigo IV, elaborado por uma equipa de técnicos do FMI após as discussões encerradas em **6 de Junho de 2007**, com as autoridades angolanas, sobre a evolução da economia e as políticas económicas. **Com base nas informações disponíveis à altura dessas discussões, o relatório do corpo técnico foi concluído em 6 de Agosto de 2007.** As opiniões expressas no relatório são as da equipa de técnicos e não reflectem necessariamente as opiniões do Conselho de Administração do FMI.
- O pronunciamento do representante do corpo técnico, de **27 de Agosto de 2007**, que apresenta informações actualizadas sobre a evolução recente da economia.
- Uma Nota de Informação ao Público (PIN), resumindo as **opiniões do Conselho de Administração expressas durante a discussão, em 27 de Agosto de 2007**, do relatório do corpo técnico, que concluiu as consultas do Artigo IV.
- A Declaração do Administrador do FMI para Angola.

Os documentos relacionados abaixo foram ou serão publicados separadamente.

*Selected Issues Paper e Statistical Appendix*

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

**Os comentários dos leitores são bem-vindos e serão úteis ao FMI para avaliar a sua política de publicação. Queira enviá-los por correio electrónico para [Publicationpolicy@imf.org](mailto:Publicationpolicy@imf.org).**

Para obter exemplares deste relatório, queira entrar em contacto com

International Monetary Fund • Publication Services  
700 19<sup>th</sup> Street, N.W. • Washington, D.C. 20431 USA  
Telephone: (+1 202) 623-7430 • Fax: (+1 202) 623-7201  
E-mail: [publications@imf.org](mailto:publications@imf.org) Internet: <http://www.imf.org>

Preço: US\$18,00 por exemplar

**Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C.**

# FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

## ANGOLA

### Relatório do Corpo Técnico sobre as Consultas do Artigo IV de 2007<sup>1</sup>

Elaborado pelos Representantes do Corpo Técnico nas  
Consultas com Angola em 2007

Aprovado por Robert Corker e Mark Plant

6 de Agosto de 2007

#### RESUMO ANALÍTICO

**Antecedentes.** A economia angolana tem-se mostrado vigorosa nos últimos anos, graças ao crescimento robusto dos sectores petrolífero e não petrolífero. Nesse meio tempo, a inflação caiu e o forte aumento das receitas petrolíferas resultou em elevados excedentes nas contas fiscal e de transacções correntes.

#### Principais questões e recomendações

- **Panorama.** As perspectivas a curto prazo são positivas. A projecção para o crescimento do PIB real em 2007 é de cerca de 24%, na medida em que a produção petrolífera dos novos campos de petróleo se inicia e o sector não petrolífero continua a se expandir. O crescimento no médio prazo dependerá cada vez mais deste último sector, no qual reformas para promover o desenvolvimento do sector privado serão cruciais para compensar uma possível perda de competitividade decorrente da apreciação da taxa de câmbio real.
- **Política fiscal.** Um dos grandes desafios é evitar que pressões políticas para aumentar os gastos públicos prejudiquem a estabilidade macroeconómica. O corpo técnico recomenda a estruturação das políticas num contexto de médio prazo, com uma trajectória de metas para o défice fiscal primário não petrolífero e uma regra conservadora do preço do petróleo. O reforço da gestão das finanças públicas e da transparência deve ser prioritário. As autoridades vêm usando estimativas conservadoras dos preços do petróleo no Orçamento e, no que respeita à transparência no sector petrolífero, têm melhorado os processos de licitação.
- **Políticas monetária e cambial.** A recente adopção de uma política monetária mais restritiva e os ajustes da taxa de câmbio ajudarão as autoridades a perseguir os seus objectivos relativamente à inflação. O regime cambial é o mecanismo convencional de vinculação, mas o câmbio parece, de modo geral, estar em harmonia com o seu valor de equilíbrio.
- **Sustentabilidade da dívida.** Angola está exposta a um risco moderado de sobreendividamento. A desaceleração do crescimento do produto e a queda das receitas petrolíferas abaixo do previsto no cenário de referência poderiam afectar a sustentabilidade das dívidas pública e externa. Para fazer face a esse risco, as autoridades precisarão de políticas flexíveis no que respeita à dívida, às reservas internacionais e ao câmbio.

<sup>1</sup> A missão visitou Luanda de 24 de Maio a 6 de Junho de 2007 e foi composta pelo Sr. McDonald (chefe), Srs. Kovanen e Kyei (todos do AFR), Sra. Daban-Sanchez (FAD) e Sr. Tzanninis (PDR). A missão reuniu-se com o Sr. de Moraes, Ministro das Finanças; Sr. Maurício, Governador do Banco Nacional de Angola; outros ministros e autoridades; e representantes da comunidade doadora.

Sumário	Página
I. Introdução .....	3
II. Desempenho Económico Recente .....	3
III. Consolidação da Estabilidade Macroeconómica e Transparência Fiscal .....	5
A. Objectivos Macroeconómicos .....	5
B. Discussões de Política .....	9
IV. Outras Questões .....	15
V. Avaliação do Corpo Técnico .....	15
 Tabelas	
1. Indicadores Económicos e Financeiros Seleccionados, 2003–12 .....	17
2. Síntese das Operações do Governo, 2003–12 .....	18
3. Progresso na Gestão das Finanças Públicas e Transparência Fiscal .....	21
4. Síntese Monetária, 2003–08 .....	23
5. Autoridades Monetárias, 2003–08 .....	24
6. Balança de Pagamentos, 2003–12 .....	25
7. Indicadores da Solidez Financeira do Sistema Bancário, 2002–06 .....	26
8. Dívida Pública, 2003–06 .....	27
9. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, 1990–2005 .....	28
 Caixas	
1. Simulação do Impacto do Aumento dos Gastos Públicos .....	7
 Apêndice	
Análise Conjunta da Sustentabilidade da Dívida pelo Banco Mundial e FMI .....	29

## I. INTRODUÇÃO

1. **Os principais desafios socioeconómicos diante de Angola são reduzir a pobreza fortemente arraigada e promover o crescimento do sector privado não petrolífero.** A longa guerra civil que chegou ao fim em 2002 rendeu a Angola um legado de necessidades prementes nas áreas infra-estrutural e socioeconómica. As actuais perspectivas de crescimento constituem uma oportunidade para implementar reformas para enfrentar esses desafios. As eleições parlamentares de 2008 e o pleito presidencial de 2009 são etapas importantes na democratização do país e na promoção das reformas económicas. As discussões concentraram-se nas medidas para consolidar os ganhos macroeconómicos e vencer esses desafios e, ao mesmo tempo, manter os saldos fiscais e o endividamento em níveis sustentáveis.

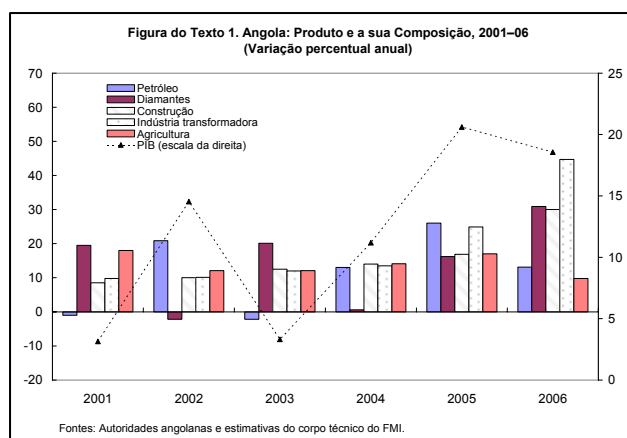
## II. DESEMPENHO ECONÓMICO RECENTE

2. **O desempenho macroeconómico recente de Angola foi vigoroso.** (Figura do

Texto 1). O crescimento do produto tem sido robusto desde 2001, tanto no sector petrolífero como no não petrolífero.<sup>2</sup>

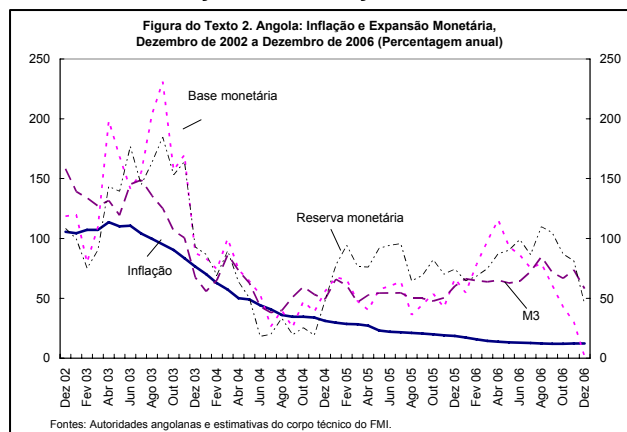
O crescimento real em 2006 foi de 18,6%, e a produção de petróleo subiu 13%, com o início da operação de novos campos em águas profundas. O volume de diamantes produzidos também aumentou, com o alargamento da produção nas minas de kimberlito.

A indústria transformadora beneficiou do ambiente económico benigno e das obras em andamento para reabilitar as infra-estruturas do país. As condições climáticas favoráveis, a disponibilidade de factores de produção e o aumento da área cultivada impulsionaram a produção agrícola, apesar seca em algumas províncias.



3. **Angola realizou progressos assinaláveis na redução da inflação desde o fim da**

**guerra** (Figura do Texto 2). Em 2006, a inflação caiu de 19% para 12%, embora tenha ficado acima da meta do governo para o fim do período (10%). Os agregados monetários expandiram-se rapidamente em 2006, salvo a base monetária, que se manteve estável após as intervenções do Banco Nacional de Angola (BNA) no mercado para enxugar a liquidez; as vendas de títulos do BNA



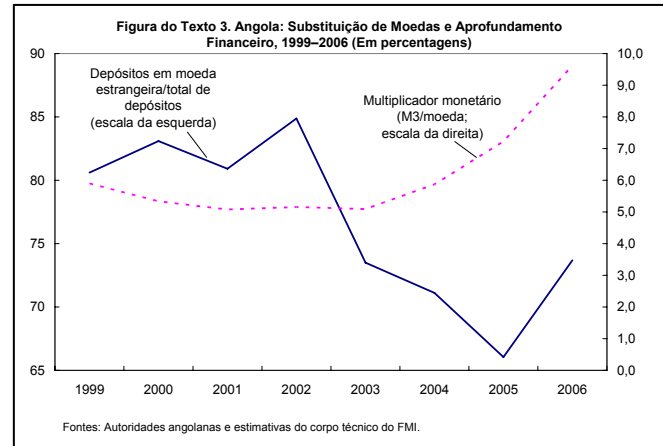
<sup>2</sup> O petróleo e os diamantes representaram 58 e 3 pontos percentuais do PIB real, respectivamente.

totalizaram aproximadamente 50% da base monetária do início do período. A taxa de câmbio nominal manteve-se constante ao longo de 2006, e as taxas de juro, corrigidas pela inflação, foram negativas.

**4. O êxito na estabilização da economia aprofundou a intermediação financeira e elevou a demanda por activos denominados em kwanza.** O rácio depósitos/moeda

aumentou e o volume de depósitos em moeda estrangeira no sistema bancário diminuiu (Figura do Texto 3). O crédito ao sector privado cresceu mais de 90% em 2006, reflectindo a forte demanda pelos sectores de construção e transporte, bem como por pessoas singulares.

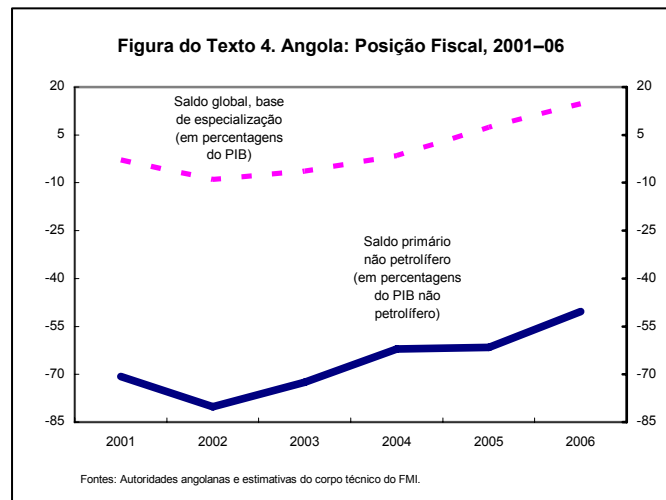
O sistema bancário continua bem capitalizado — o rácio capital/activos ponderados pelo risco foi cerca de 15% em 2006 — e o volume de empréstimos vencidos caiu para menos de 5% dos empréstimos brutos. Contudo, o rácio moeda em sentido amplo/PIB (20%), um indicador do grau de desenvolvimento financeiro, é inferior ao de outros países de médio rendimento.



**5. O excedente fiscal dobrou para 14,75% do PIB entre 2005 e 2006 (Figura do Texto 4), ficando bem acima do défice de 6% do PIB previsto no Orçamento.**

O resultado de 2006 deve-se principalmente à elevação das receitas petrolíferas e à insuficiência dos gastos de capital (em torno de 9% do PIB ou 50% abaixo da projecção orçamental) O défice fiscal primário não petrolífero caiu de 61,5% do PIB não petrolífero em 2005 para pouco mais de 50% em 2006 e ainda é superior ao registado nos outros produtores de petróleo da África Subsariana.<sup>3</sup> Em que pese o aumento dos gastos do governo nos sectores

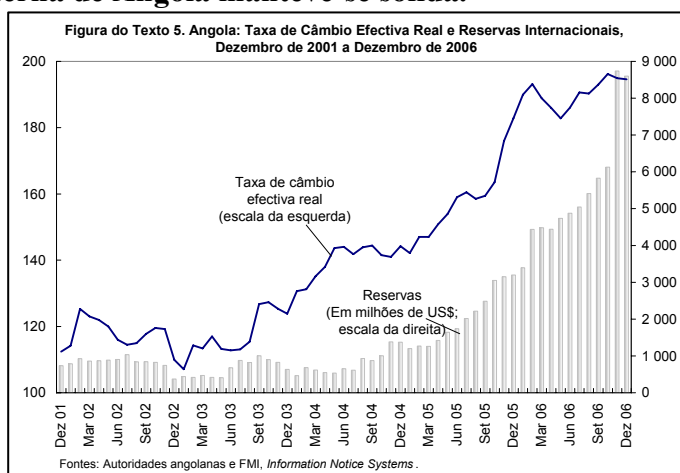
infra-estrutural e social, factores como a carência de mão-de-obra qualificada e o acesso limitado a crédito pelo sector privado impediram que o uso desses recursos produzisse resultados significativos. Para além disso, a capacidade do Estado para administrar os programas foi sobrecarregada.



<sup>3</sup> *Regional Economic Outlook, Sub-Saharan Africa*, Abril de 2007. Nos países subsarianos exportadores de petróleo (excepto a Guiné Equatorial), a média não ponderada do défice fiscal não petrolífero em 2006 foi de 28% do PIB não petrolífero.

## 6. A posição da conta corrente externa de Angola manteve-se sólida.

As exportações de petróleo bruto e diamantes, os dois principais produtos na pauta do país, dispararam. A receita das exportações também teve forte aumento com a subida dos preços do petróleo. O excedente da conta corrente externa alargou-se para 23% do PIB em 2006, e as reservas oficiais dobraram, chegando a US\$ 8,6 mil milhões (cerca de sete meses de importações de bens e serviços não petrolíferos. A taxa de câmbio real teve uma valorização em torno de 6% (Figura do Texto 5).



7. **No fim de 2006 e início de 2007, Angola saldou a maior parte do capital e juros em atraso (US\$ 2,3 mil milhões) da sua dívida para com credores do Clube de Paris.** O país tenciona pagar o restante (US\$ 49 milhões) em 2007 e já começou a fazer os pagamentos referentes à dívida vincenda. A questão dos juros vencidos (cerca de US\$ 1,5 mil milhões) ainda está pendente, e Angola está a buscar tratamento favorável por parte do Clube de Paris. O rácio dívida externa/PIB recuou de 40% em 2005 para cerca de 20% em 2006.

### III. CONSOLIDAÇÃO DA ESTABILIDADE MACROECONÓMICA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

8. **Angola enfrenta três grandes desafios macroeconómicos: 1) gerir a riqueza do petróleo antes do início do declínio da produção para garantir a sustentabilidade fiscal e da dívida a longo prazo; 2) melhorar a competitividade da sua economia e 3) desenvolver os sectores não petrolíferos e não extractivos da sua economia.** Os objectivos gerais das autoridades, conforme indicados no programa de governo para o biénio 2007–08, salientam a necessidade de consolidar a estabilidade macroeconómica e dos preços, apoiar o desenvolvimento do sector privado e aprofundar as reformas da administração pública, do sistema financeiro e do sistema de justiça.<sup>4</sup>

#### A. Objectivos Macroeconómicos

9. **As perspectivas económicas, sobretudo a curto prazo, são positivas** (Tabela 1). O corpo técnico espera que o crescimento do PIB real chegue a 25% em média em 2007–08, com o início da produção dos novos campos petrolíferos e a expansão de sectores como a agricultura, indústria transformadora, construção e energia. As projecções das autoridades apontam uma aceleração do crescimento em 2007, em vista da expectativa do aumento da produção de petróleo para dois milhões de barris por dia ainda em 2007.

10. **Um aumento súbito dos gastos poderia reduzir os constrangimentos infra-estruturais, porém as políticas escolhidas terão um impacto assinalável sobre as**

<sup>4</sup> República de Angola: “Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, Programa Geral do Governo para o Biénio 2007–2008”.

**perspectivas macroeconómicas.** Sem a devida atenção à capacidade e à produtividade, esse aumento pode gerar pressões altistas sobre os preços e o câmbio, o que levaria a uma perda de competitividade. Isso prejudicaria ainda mais o crescimento do sector não extractivo e o seu potencial para impulsionar a expansão da economia e gerar empregos tão logo a indústria petrolífera alcance a sua maturidade. O enfraquecimento da base de arrecadação colocaria em risco a sustentabilidade fiscal a longo prazo.

11. **O cenário de referência pressupõe que as despesas do governo são compatíveis com os rendimentos permanentes da receita do petróleo** (Tabela do Texto 1). Nesse cenário, no qual se pressupõe que as autoridades adoptariam políticas macroeconómicas prudentes e desenvolveriam um historial forte de implementação de reformas estruturais, os défices fiscais mantêm-se sustentáveis a longo prazo. O crescimento da produção no sector petrolífero atingiria o seu máximo por volta de 2010 e, em seguida, entraria num declínio gradual,<sup>5</sup> ao passo que o crescimento do sector não petrolífero sustentaria um crescimento real médio de 7% a 8% no período 2008–12. A inflação cairia para níveis de um dígito em 2008, para então recuar ainda mais no médio prazo. O excedente da conta corrente externa passaria a ser menor assim que as exportações de petróleo atingissem o seu pico em 2010 e se transformaria em um défice no médio prazo.<sup>6</sup> Em linha com o enfraquecimento da conta corrente externa, a taxa de câmbio real deve desvalorizar-se após uma subida inicial. O défice fiscal primário não petrolífero cairia para cerca de 25% do PIB não petrolífero em 2012 (em termos de dólares americanos, manter-se-ia de modo geral constante). Isso permitiria um aumento dos gastos reais de 4% ao ano no período 2007–12.

12. **As autoridades concordam com os méritos da adopção de políticas firmes, conforme descritas no cenário de referência.** Elas reduziram o risco de interrupções futuras na política para assegurar a sustentabilidade fiscal a longo prazo. Não obstante, riscos importantes cercam esse cenário. De notar as pressões políticas assinaláveis que confrontam as autoridades no sentido de distribuir o “dividendo da paz”, na forma de melhoria dos serviços sociais e das infra-estruturas.

13. **O cenário alternativo foi desenvolvido para ilustrar as consequências da antecipação dos gastos sociais e em infra-estruturas.** Ele prevê reformas estruturais incompletas e, por conseguinte, destaca os possíveis riscos caso as políticas não sejam ajustadas para garantir a sustentabilidade fiscal a longo prazo. Com a implementação gradual das reformas estruturais, a expansão dos gastos fiscais estimularia o crescimento no curto prazo à medida que os investimentos e os rendimentos reais aumentassem, mas alimentaria a inflação e exerceria uma pressão altista sobre a taxa de câmbio real. Juntamente com as reformas estruturais incompletas, tais factores limitariam o crescimento do sector não extractivo de bens comercializados. Se a antecipação dos gastos públicos não gerar um aumento de produtividade, a poupança do sector público cairia e o défice fiscal primário não petrolífero seria maior do que no cenário de referência. No médio a longo prazo, esses efeitos

<sup>5</sup> As projecções apontam que a produção do petróleo deve reduzir-se em cerca de 4% em 2020 e nas décadas seguintes.

<sup>6</sup> Com base nos preços do petróleo angolano no *WEO*, que pressupõe uma média de US\$ 63 por barril no período 2008–12.

estreitariam o espaço fiscal, aumentariam a vulnerabilidade da economia a oscilações da receita do petróleo e alçariam a dívida do sector público a níveis insustentáveis (ver o parágrafo 28).

### **Caixa 1. Simulação do Impacto do Aumento dos Gastos Públicos**

**O cenário alternativo apresentado na Tabela do Texto 1 baseia-se num modelo simples de programação financeira em que os gastos são elevados para promover o crescimento e reduzir a pobreza.** A teoria quantitativa da moeda e a relação entre as importações não petrolíferas e a taxa de câmbio real orientam a dinâmica do modelo. As dinâmicas de curto prazo são determinadas pela inclinação da curva da oferta agregada e pelo deslocamento da demanda agregada, o qual é substituído pela variação dos meios de pagamento. As dinâmicas de médio prazo são determinadas pelo deslocamento da oferta agregada, que decorre do produto marginal do capital, da composição dos gastos públicos, da capacidade de absorção e do impacto das reformas estruturais sobre a produtividade.

**Os gastos fiscais sobem 10 pontos percentuais do PIB não petrolífero ao ano no período 2007–12 relativamente ao cenário de referência.** Metade dos gastos adicionais é direccionada para as infra-estruturas; um quarto, para a educação e o quarto restante, para a saúde. Metade do impacto sobre a liquidez é esterilizado na mesma medida através da venda de títulos do BNA e de divisas.

**Pressupõe-se que o conteúdo de importações nos gastos do governo seja dividido em 50% para as infra-estruturas, 25% para a saúde e 15% para a educação.** Um aumento da parcela afectada às infra-estruturas poderia ser justificado caso fossem executados mais projectos que exigissem um grande volume de capital. O retorno do investimento no médio prazo foi cuidadosamente fixado em 5%, em linha com a literatura existente e tomando em conta a situação pós-conflito de Angola. Contudo, a obtenção desse nível de retorno está estritamente condicionada pela implementação de reformas estruturais, para que o sector não petrolífero se expanda conforme pressuposto no cenário de referência. Sem essas reformas, a produtividade e o crescimento da produção nesse sector ficariam aquém do esperado. Projecta-se que os prazos para que os investimentos gerem retorno são 2 anos para as infra-estruturas, 5 anos para a saúde e 7 anos para a educação. Supõe-se que a elasticidade das importações seja 0,4.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Compatível com as constatações de Hiau Looi Kee, Alessandro Nicita e Marcelo Olarreaga, *Import Demand Elasticities and Trade Distortions*, Policy Research Working Paper n° 3452, 2004, Banco Mundial (Washington).



**Tabela do Texto 1. Angola: Indicadores Económicos e Financeiros de Médio Prazo Seleccionados, 2006–12**  
(Nas unidades especificadas)

	2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	Est.	Referência	Cenário Altern.	Referência	Cenário Altern.	Referência	Cenário Altern.	Referência	Cenário Altern.	Referência	Cenário Altern.	Referência	Cenário Altern.	
PIB real (variação percentual)	18,6	23,4	23,8	26,6	26,1	4,0	3,7	11,7	10,5	1,6	0,5	4,3	2,4	
Sector petrolífero	13,1	22,3	22,3	32,7	32,7	-2,8	-2,8	11,8	11,8	-6,6	-6,6	-0,4	-0,4	
Sector não petrolífero	27,5	25,1	25,9	19,6	19,0	11,7	10,5	11,7	9,6	8,8	5,9	7,8	4,2	
PIB per capita (em dólares americanos)	2,847	3,595	4,020	5,017	5,746	5,251	6,151	5,687	6,729	5,641	6,718	5,760	6,889	
Índice de preços no consumidor (média anual)	13,3	11,9	20,9	8,9	16,0	6,3	11,2	5,0	8,9	4,7	7,9	4,5	7,1	
Saldo fiscal primário não petrolífero (especialização, % do PIB não petrolífero)	-50,3	-52,7	-62,7	-47,6	-57,6	-39,8	-49,8	-35,2	-45,2	-27,7	-37,7	-25,0	-35,0	
Meios de pagamento <sup>1</sup>	59,6	28,8	38,7	23,0	29,5	16,6	20,1	15,2	17,0	14,4	19,3	14,1	13,2	
Saldo da conta corrente não petrolífera (défice = -; % do PIB não petrolífero)	-103,3	-119,5	-110,4	-116,2	-107,3	-100,6	-92,9	-98,0	-90,6	-88,4	-81,7	-81,8	-75,6	
Reservas internacionais brutas (em meses de import. de bens e serv. não petrol.)	7,1	6,3	8,8	8,6	9,1	9,5	9,4	9,8	9,0	9,3	8,3	8,6	7,5	

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Em percentagens de M3 do início do período.

## B. Discussões de Política

### Política fiscal

14. **O corpo técnico instou as autoridades a limitar o défice primário não petrolífero no Orçamento de 2007 a menos de 60% do PIB não petrolífero** (Tabela 2). Caso o Orçamento seja implementado de forma cabal, o saldo primário não petrolífero seria elevado a 66% do PIB não petrolífero.<sup>7</sup> O corpo técnico acredita que a contenção dos gastos fiscais é um objectivo factível porque é pouco provável que as autoridades consigam elevar os gastos de capital em 75%, para 14,5% do PIB, conforme previsto no Orçamento. Essa contenção seria mais coerente com a meta de inflação do governo, fixada em 10%. Os técnicos do Fundo também instaram o governo a restringir os subsídios aos combustíveis através do seu uso mais bem direccionado. Embora concordem com o corpo técnico que a implementação de um ambicioso orçamento de capital seria difícil, as autoridades argumentaram que se vêm em meio a enormes pressões políticas para distribuir os dividendos da paz.

15. **O corpo técnico apoiou o governo na recente adopção de uma regra conservadora de definição do preço do petróleo no Orçamento para orientar as despesas.** Recomendou-se às autoridades que as políticas fiscais se baseassem numa tendência de declínio do défice primário não petrolífero como percentagem do PIB não petrolífero. Na opinião dos técnicos do Fundo, o défice fiscal primário não petrolífero deve recuar cerca de 25 pontos percentuais do PIB não petrolífero até 2012 para ser compatível com a sustentabilidade fiscal e da dívida no médio prazo. A combinação de uma regra fiscal do preço do petróleo com um quadro fiscal de médio prazo ajuda a alocar receitas petrolíferas finitas num período mais longo e as metas para a despesa podem ser ajustadas de acordo com a oscilação dessas receitas. Contudo, as autoridades ressaltaram que o cumprimento rigoroso da regra do défice fiscal primário não petrolífero limitaria a capacidade do governo de executar o orçamento de capital. O corpo técnico respondeu que os gastos iniciais poderiam ser realizados se houvesse uma transição gradual para uma posição fiscal primária não petrolífera sustentável.

16. **Os mecanismos usados em outros países, como os fundos do petróleo e as regras do preço do petróleo no orçamento, poderiam ajudar o país a poupar suas receitas petrolíferas.** Em 2006, o Conselho de Ministros instituiu um fundo de reserva para o qual seria transferida a diferença entre o preço do petróleo angolano no mercado mundial e o preço estipulado no Orçamento (US\$ 45 em 2007).<sup>8</sup> A definição do preço do petróleo no Orçamento é uma medida atraente, pois torna mais fácil prestar explicações ao público e constitui um limite eficaz e transparente à autonomia das autoridades. Contudo, o corpo técnico observou

---

<sup>7</sup> O saldo primário não petrolífero é definido como receitas não petrolíferas menos total das despesas excluindo pagamentos de juros.

<sup>8</sup> O fundo de reserva das autoridades não é um fundo do petróleo tradicional nem se pauta por regras operacionais explícitas.

que a experiência internacional indica que os fundos do petróleo assentes em regras operacionais rígidas podem complicar a gestão fiscal. Por conseguinte, convém priorizar o estabelecimento de um quadro fiscal de médio prazo para orientar a política económica. Os técnicos do Fundo defenderam que, no âmbito de um quadro como esse, um fundo do petróleo baseado em regras bem definidas e flexíveis, inteiramente integrado ao processo orçamental e sujeito a procedimentos rigorosos para garantir a transparência seria uma opção viável e promoveria o fortalecimento dos sistemas de gestão das finanças públicas (GFP). Uma dificuldade, porém, seria a definição do preço do petróleo no longo prazo.

### **Gestão das finanças públicas**

17. **Em que pese a melhoria dos sistemas de GFP angolanos, ainda é necessário avançar mais para fortalecê-los.** Seria conveniente reforçar a orçamentação e a sua monitorização. A iniciativa mais bem sucedida em termos de GFP e transparência fiscal foi o Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE). Ele abrange todas as províncias e tem ajudado a melhorar a execução e prestação de contas do orçamento, bem como a partilha de informações sobre questões de GFP. O SIGFE será alargado em 2007, com a inclusão de algumas entidades autónomas e novos módulos. Sua eficácia, porém, é limitada porque as linhas de crédito estrangeiras e o grande volume de actividades parafiscais da estatal Sonangol é executado à margem do SIGFE.<sup>9</sup> Com a ajuda de consultores externos, o governo está a implementar vários projectos para melhorar a GFP e aumentar a transparência fiscal, como um modelo de previsão das receitas petrolíferas e uma base de dados macro-fiscal abrangente. As reformas da política tributária foram tímidas e a comissão conjunta dos sectores público e privado sobre a reforma tributária, criada em 2004, não recebeu apoio suficiente.

18. **As autoridades devem seguir um quadro de despesas fiscais plurianual (ou seja, um quadro fiscal de médio prazo – QFMP).** Um QFMP consolidado mudaria a orientação dos Orçamentos, que passaria de metas anuais para objectivos fiscais de longo prazo. Juntamente com a Estratégia de Combate à Pobreza, que as autoridades estão a actualizar, e com a devida classificação orçamental funcional, o QFMP seria útil para nortear as discussões com os ministérios de tutela sobre a priorização das solicitações de gastos no médio prazo. Também ajudaria as autoridades a identificar as implicações das decisões de política (como os possíveis custos recorrentes das despesas de capital) e a encontrar o equilíbrio correcto entre consumo, investimento de activos físicos e acumulação de activos financeiros líquidos.

19. **Para que os recursos naturais de Angola sejam geridos de forma prudente, é prioritário tomar medidas para fortalecer a governação e a transparência nos sectores**

---

<sup>9</sup> As principais actividades parafiscais da Sonangol são a distribuição de derivados de petróleo subsidiados, o serviço de empréstimos com garantia do petróleo e o fornecimento gratuito de combustível às entidades públicas. Essas actividades são descontadas da receita petrolífera que a Sonangol deve ao governo mensalmente segundo um procedimento complicado que não envolve dinheiro e dá margem a disputas frequentes e flutuações consideráveis nos pagamentos em atraso frente ao Tesouro.

**petrolífero e diamantífero**, o que melhoraria ainda mais a gestão macroeconómica.

As autoridades já tomaram algumas das medidas constantes do estudo diagnóstico do petróleo de 2004. Todavia, disseram que é preciso reavaliar as acções futuras tendentes ao fortalecimento da governação em virtude das mudanças na indústria petrolífera.

20. **As autoridades concordam com a generalidade das recomendações da Revisão da Gestão das Despesas Públicas e Responsabilização Financeira, realizada pelo Banco Mundial em 2004, e do módulo fiscal do ROSC de 2006 sobre o país.** Contudo, salientaram que constrangimentos institucionais e jurídicos travaram seus avanços rumo à eliminação das actividades parafiscais da Sonangol e à separação das funções comerciais e de concessionário do governo exercida por aquela empresa. Para além disso, questionaram os méritos da adesão à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas porque, entre outras razões, empresas de petróleo fizeram uma avaliação positiva dos processos de licitação em Angola. (Tabela 3).

### **Políticas monetária e cambial**

21. **A recente aplicação de uma política monetária mais restritiva deve ajudar a conter a alta dos preços no consumidor.** O BNA elevou sua taxa de redesconto de 14% para 18% em Maio de 2007 e reviu a relação de activos que podem ser usados para constituir as reservas obrigatórias (dentro de uma meta para o total das reservas obrigatórias que permaneceu inalterada). Essas medidas elevaram os juros dos bancos comerciais e facilitaram uma reavaliação gradual do kwanza. O BNA deu continuidade às operações activas de esterilização em 2007, a fim de conter a expansão monetária. O ajustamento recente do câmbio reflectiu o interesse do banco central em tornar mais flexível a taxa de câmbio. Daqui para a frente, o BNA deve continuar a perseguir uma meta para um agregado monetário, visando atingir a meta de inflação anual e criar condições para a flexibilização do câmbio.

22. **As autoridades também foram da opinião de que um quadro de base monetária precisaria ser pragmático frente à volatilidade da velocidade de circulação da moeda e à forte dolarização da economia.** A prossecução de uma meta estreita para a moeda visando a redução da inflação encontra respaldo em trabalhos analíticos.<sup>10</sup> Contudo, a escolha da meta de política intermédia precisaria ser examinada constantemente para assegurar sua pertinência, pois a economia é excessivamente dolarizada e a velocidade de circulação da moeda é de difícil previsão. As autoridades concordaram que o mais apropriado para o BNA seria definir um intervalo como meta para um agregado monetário em vez de buscar um valor absoluto. O Banco deve considerar também a monitorização de um amplo conjunto de indicadores da inflação (como as notas estrangeiras em circulação), em apoio aos seus esforços para manter-se dentro do intervalo da meta monetária. As autoridades aceitaram que seria prematuro tomar a taxa de juro como uma variável operacional até que os mercados financeiros se desenvolvam mais e ganhem mais eficiência. O excesso de liquidez e a rigidez da economia angolana também complicariam o uso de taxas de juro como metas operacionais.

---

<sup>10</sup> Ver o documento sobre temas seleccionados que acompanha este relatório.

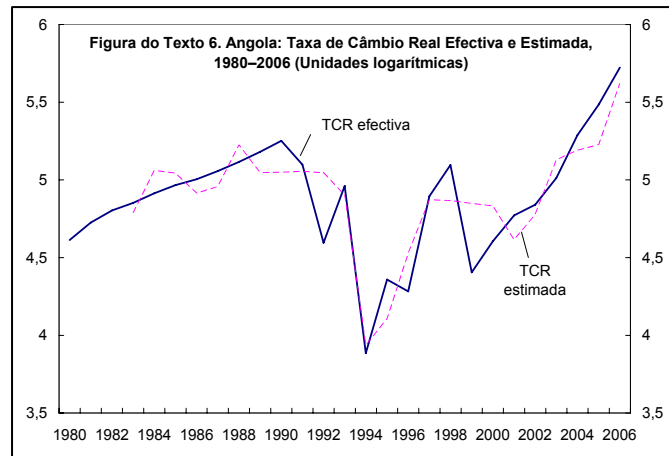
23. **Para complementar seus esforços tendentes a reduzir a inflação, convém às autoridades monetárias aumentar a flexibilidade da taxa de câmbio.** O banco central interveio fortemente no mercado cambial em 2006 e a taxa kwanza/dólar americano manteve-se constante na casa de Kz 80 por US\$ 1 ao longo do ano. Com isso, o Fundo reclassificou o regime cambial de Angola como um mecanismo convencional de vinculação. As autoridades mencionaram que, embora efectivamente imponham restrições ao câmbio, não procuram mantê-lo em uma trajectória predeterminada e permitiriam que a taxa se ajustasse se as condições assim o justificassem. Após a adopção da política monetária restritiva, o kwanza valorizou-se e a taxa de câmbio caiu para Kz 75 por US\$ 1 no fim de Maio de 2007.

24. **A flexibilização do câmbio seria a melhor forma de enfrentar possíveis pressões altistas sobre a taxa câmbio real.**

Segundo a análise do corpo técnico, a taxa actual está próxima do seu nível de equilíbrio, em que pese a dificuldade de avaliar se esse câmbio será compatível com a estabilidade externa daqui para a frente, sobretudo em função da incerteza sobre o aumento das exportações não petrolíferas (Figura do Texto 6).<sup>11</sup>

Ademais, essa avaliação pode mudar à medida que o crescimento do PIB acelere e a conta corrente externa produza

elevados excedentes (embora a baixa qualidade dos dados e a instabilidade económica e política inspirem cautela na interpretação desses resultados). Nesse caso, o câmbio flexível facilitaria o ajustamento necessário — que no passado costumava ser feito principalmente através da inflação interna — e ajudaria a economia a amortecer choques negativos (como um declínio dos preços do petróleo).



25. **Segundo o corpo técnico, é indispensável que o BNA aprofunde os mercados monetário, cambial e de capital internos para fortalecer a transmissão da política monetária.** Tomando como base a assessoria do Departamento de Mercados Monetários e de Capitais (MCM) do FMI, as autoridades devem reforçar a base de capital do BNA através da emissão de bilhetes do Tesouro. Os técnicos do Fundo realçaram a importância do Banco de Desenvolvimento de Angola, o qual foi criado em 2006 mas ainda não iniciou suas operações. Este banco receberá 5% das receitas petrolíferas e 2% das receitas diamantíferas para financiar a concessão de empréstimos, os quais podem inclusivamente passar pelos bancos comerciais. O corpo técnico salientou a importância de montar uma estrutura de gestão sólida para salvaguardar uma política de crédito prudente e limitar os subsídios. O BNA deve continuar a reforçar sua capacidade analítica e a monitorização interna e externa da banca, conforme a assessoria do MCM. A missão no âmbito do Programa de Avaliação do Sector Financeiro

<sup>11</sup> Ver o documento sobre temas seleccionados que acompanha este relatório.

(FSAP) planeada para o exercício 2008 ajudará as autoridades a formular uma estratégia de desenvolvimento do sector financeiro.

### **Políticas para o sector externo**

26. **O corpo técnico instou pela eliminação das restrições remanescentes em Angola visando a preparação para aceitar as obrigações estipuladas nas Secções 2 e 3 do Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI.** O país mantém restrições cambiais nos termos do regime transitório do Artigo XIV e duas restrições sujeitas a aprovação do Fundo nos termos da Secção 2 do Artigo VIII. Estas duas últimas dizem respeito à proibição da transferência de dividendos e lucros de até US\$ 100 000 e a cobrança discriminatória de um imposto do selo sobre determinadas operações de câmbio. Para além disso, os leilões de divisas e a cobrança discriminatória desse imposto do selo dão margem a práticas de taxas de câmbio múltiplas. O BNA poderia pôr termo à prática relacionada aos leilões de divisas através da instituição de um sistema de leilão de preço uniforme ou mediante a implementação de outros mecanismos para assegurar que as taxas efectivamente praticadas se mantenham dentro de um intervalo de dois pontos percentuais.<sup>12</sup> O corpo técnico apoiou a intenção das autoridades de formular uma estratégia para liberalizar o sistema cambial do país com vistas a controlar os riscos sem prejudicar a recolha de estatísticas do sector externo.

27. **O corpo técnico louvou as autoridades pelos esforços envidados para regularizar as relações com os credores do Clube de Paris.** Nesse contexto, as autoridades indicaram que proporão ao Clube de Paris uma estratégia para resolver a questão dos juros atrasados tão logo o governo tenha concluído o trabalho de conciliação dos dados da dívida.

### **Sustentabilidade fiscal e da dívida externa no médio prazo**

28. As projecções fiscais e da balança de pagamentos para o médio prazo realçam a necessidade de flexibilização da política económica para promover a sustentabilidade da dívida pública e externa no longo prazo.<sup>13</sup> De acordo com a análise da sustentabilidade da dívida (ASD) realizada pelos técnicos do Fundo em consulta com o Banco Mundial, o risco de sobreendividamento de Angola aparenta ser moderado; no entanto, é mister alterar a política económica para manter a dívida pública e externa sustentável no longo prazo. Em especial, a queda das receitas petrolíferas precisará ser compensada pelo reforço da arrecadação tributária e não tributária e pela contenção fiscal. Para além disso, o país precisa de administrar a sua conta corrente externa com firmeza, para atrair fluxos de capital não geradores de dívida e desenvolver seu sector não petrolífero. Se a meta de médio prazo para o défice primário não petrolífero deixar de ser cumprida, a resposta fiscal à retracção das receitas seria inadequada (em virtude do declínio da produção e exportação de petróleo) ou o crescimento do sector não petrolífero no longo prazo seria inferior ao esperado. Em ambos os casos, a dívida pública

<sup>12</sup> A constatação de que o leilão holandês dá margem a práticas de taxas de câmbio múltiplas não depende dos desvios efectivos, mas sim da possibilidade de as taxas à vista diferirem em mais de dois pontos percentuais.

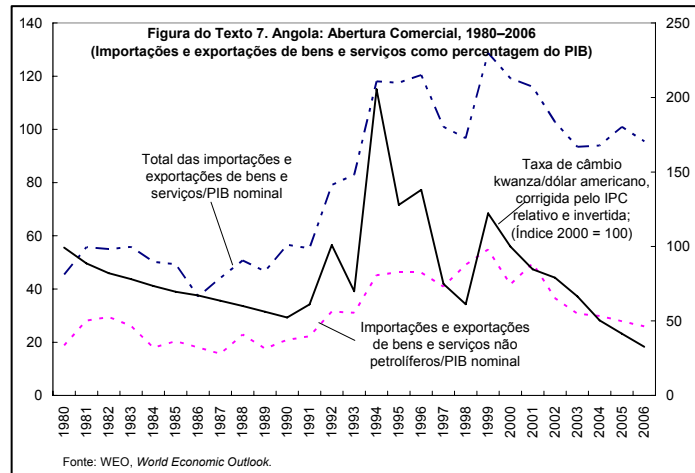
<sup>13</sup> Ver Apêndice I.

deteriorar-se-ia rapidamente, elevando o risco de que a única forma de restaurar a sustentabilidade seja através de ajustamentos indesejáveis na política fiscal. A liquidação do actual *stock* da dívida externa angolana ajudaria a dar mais flexibilidade à política económica para enfrentar défices na conta corrente no futuro.

### Promoção das actividades no sector não petrolífero

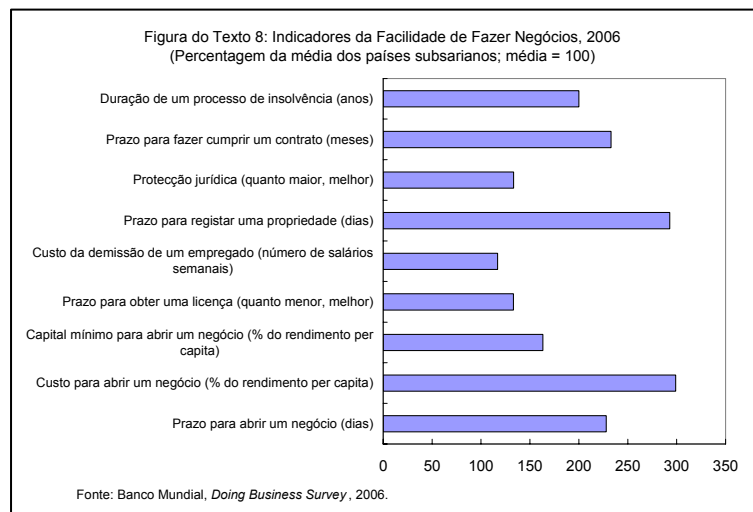
#### 29. O sector não petrolífero precisa de se tornar mais competitivo para produzir taxas elevadas de crescimento real.

A actual expansão do sector é impulsionada principalmente por investimentos públicos. A forte apreciação da taxa de câmbio real (Figura do Texto 7) reduziu a competitividade das exportações tradicionais, como o café e os produtos têxteis. Políticas para promover o sector não petrolífero, com destaque para a agricultura e a indústria transformadora, gerariam empregos e rendimentos, causando assim um impacto positivo sobre os pobres.



#### 30. As autoridades devem concentrar-se na remoção dos obstáculos aos negócios em Angola (Figura do Texto 8).

As prioridades devem ser 1) a redução dos custos e do tempo necessário para abrir um negócio e registar uma propriedade e 2) o fortalecimento da protecção jurídica e do cumprimento de contratos. A melhoria do acesso a crédito também contribuiria para a actividade económica e o investimento privado.



#### 31. O regime comercial de Angola é liberal e as tarifas são, em média, baixas.

Contudo, o país ainda não conseguiu tirar partido de acordos de comércio preferenciais com a União Europeia e os Estados Unidos porque sua indústria transformadora é demasiado limitada. Em Julho, o Banco Mundial organizou um *workshop* sobre o Estudo Diagnóstico sobre a Integração do Comércio (DTIS) de 2006, para chegar a um acordo com as autoridades sobre acções de seguimento que os doadores poderiam apoiar.

#### IV. OUTRAS QUESTÕES

32. **Como alternativa a manter um relacionamento com o Fundo no âmbito de um programa, as autoridades demonstraram interesse num envolvimento que possibilitasse uma troca mais frequente de opiniões sobre temas macroeconómicos e estruturais.**

Solicitaram que uma equipa de técnicos do Fundo voltasse a Luanda no Outono (hemisfério norte) para assessorá-los no tocante ao OGE de 2008. Também mencionaram que estavam interessados no reforço da assistência técnica, mas que primeiro precisariam avaliar suas necessidades globais à luz das ofertas de assistência de outros prestadores.

33. **As autoridades têm feito esforços para reforçar a qualidade, cobertura e actualidade das estatísticas económicas,** mas admitem que são necessárias mais melhorias. Vários inquéritos, em parte financiados pelo Banco Mundial, recolheram dados sobre indicadores sociais e despesas das famílias. Medidas para sanar as deficiências das principais estatísticas macroeconómicas ajudariam na análise económica e implementação da política (como o impacto dos gastos para redução da pobreza).

#### V. AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

34. **Angola tem uma oportunidade única para atingir seus objectivos de desenvolvimento.** Após longos anos de conflitos civis, o país alcançou a estabilidade política. As eleições parlamentares e presidenciais que se aproximam serão importantes para avançar na consolidação da paz e promover a democracia, o que melhora as perspectivas de fortalecimento da gestão macroeconómica. As autoridades têm vindo a implementar políticas macroeconómicas prudentes e realizar reformas institucionais em apoio aos seus objectivos de desenvolvimento. A subida dos preços do petróleo, aliada aos abundantes recursos petrolíferos e diamantíferos e reduzidos níveis de endividamento, ajudou Angola a tornar-se uma das economias de mais rápido crescimento no mundo.

35. **No curto prazo, as autoridades têm pela frente o grande desafio de administrar as expectativas da população,** que está ansiosa pela distribuição dos “dividendos da paz” após anos de conflitos civis. Contudo, a rápida escalada dos programas públicos pode colocar em risco os recentes ganhos macroeconómicos. Por isso, é importante encontrar um equilíbrio entre as demandas da população e a capacidade institucional e económica do país para absorver recursos adicionais.

36. **O controlo da inflação em níveis baixos deve continua a orientar as políticas do banco central.** A recente austeridade monetária e o aumento da flexibilidade do câmbio são encorajadores. O BNA deve manter o quadro monetário baseado na quantidade; a meta monetária, porém, precisa ser revista regularmente em função das mudanças nos mecanismos de transmissão da política monetária. A expansão do sistema financeiro exigirá mais rigor na supervisão.

37. **A estratégia de liberalização dos controlos cambiais em Angola** ajudará as autoridades a garantir a estabilidade financeira e melhorar a gestão dos possíveis fluxos de capitais externos. A taxa de câmbio angolana parece, de modo geral, compatível com seus determinantes fundamentais. O aumento da flexibilidade daqui para a frente seria a melhor



forma de absorver possíveis pressões sobre a taxa de câmbio real. As reformas estruturais no sector não petrolífero devem ser usadas para promover a competitividade do sector face à valorização do câmbio.

**38. Os desafios a serem enfrentados pelo governo no médio prazo são gerir a riqueza do petróleo para garantir a solidez das finanças públicas e a sustentabilidade da dívida, aumentar a competitividade da economia e desenvolver os sectores não extractivos.**

Considerando o ambiente externo favorável para o petróleo, o principal produto da pauta de exportações angolana, as perspectivas são boas no curto prazo. Todavia, reformas estruturais incompletas e a antecipação dos gastos sociais e em infra-estruturas podem alimentar a inflação e solapar o crescimento real do sector não petrolífero tão logo o sector de petróleo chegue à sua maturidade. As políticas devem ser necessariamente flexíveis para absorver os efeitos do amadurecimento das exportações de petróleo sobre a arrecadação fiscal e sobre o saldo da conta corrente externa. Em especial, as autoridades precisarão encontrar um meio-termo para suas políticas ao gerir o endividamento interno e externo, a acumulação de reservas e a flexibilidade do câmbio. Em que pese o risco de sobreendividamento de Angola ser aparentemente moderado, o país é vulnerável à queda das receitas petrolíferas.

**39. As políticas fiscais devem ser estruturadas num contexto de médio prazo para evitar ciclos de expansão e retracção.** O Orçamento deve ser elaborado com base num horizonte temporal que vá além dos actuais dois anos. A regra conservadora do preço do petróleo e uma trajectória de metas para o défice fiscal primário não petrolífero (em percentagens do PIB não petrolífero) ajudariam a determinar o melhor rumo a seguir na afectação dos recursos para consumo corrente, investimentos de capital e acumulação de activos financeiros líquidos.

**40. A continuação do fortalecimento dos sistemas de gestão das finanças públicas garantiriam o uso eficaz da riqueza mineral de Angola.** Também incentivamos as autoridades a aumentar cada vez mais a transparência fiscal. Apesar dos avanços significativos no desenvolvimento do SIGFE, tal sistema ainda precisa ser implementado de forma cabal. A capacidade em termos de orçamentação e planeamento ainda é pequena e se caracteriza por um sistema orçamental fragmentado. Ademais, as operações parafiscais da Sonangol não foram eliminadas, o que, segundo as autoridades, seria viável apenas no médio prazo. É preciso continuar a fortalecer a governação e a transparência nas indústrias petrolífera e diamantífera. Os subsídios aos combustíveis dever ser reduzidos e mais bem direccionados.

**41. Instamos as autoridades a chegar a um acordo com os credores do Clube de Paris** para que Angola possa diversificar sua estratégia de financiamento. O país deve diminuir o actual *stock* da dívida externa, o que lhe permitiria fazer face a défices da conta corrente externa no futuro sem prejudicar a sustentabilidade da dívida no longo prazo.

**42. Reformas institucionais e jurídicas para reduzir custos e aumentar a protecção da justiça às empresas melhorariam o ambiente de negócios.**

**43. As próximas consultas do Artigo IV deverão realizar-se dentro do ciclo normal de 12 meses.**

Tabela 1. Angola: Indicadores Económicos e Financeiros Seleccionados, 2003–12

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
				Est.			Proj.			
	(Variação percentual, salvo indicação em contrário)									
<b>Rendimento nacional e preços</b>										
PIB real	3,3	11,2	20,6	18,6	23,4	26,6	4,0	11,7	1,6	4,3
Sector petrolífero	-2,2	13,1	26,0	13,1	22,3	32,7	-2,8	11,8	-6,6	-0,4
Sector não petrolífero	10,3	9,0	14,1	27,5	25,1	19,6	11,7	11,7	8,8	7,8
PIB per capita (em dólares americanos)	959	1 322	1 988	2 847	3 595	5 017	5 251	5 687	5 641	5 760
RNDB per capita (em dólares americanos)	848	1 157	1 740	2 506	3 180	4 349	4 669	5 092	5 197	5 296
Índice de preços no consumidor (média anual)	98,3	43,6	23,0	13,3	11,9	8,9	6,3	5,0	4,7	4,5
Índice de preços no consumidor (fim do período)	76,7	31,0	18,5	12,2	10,0	8,0	5,0	5,0	4,5	4,5
<b>Sector externo</b>										
Exportações, FOB (com base nos valores em US\$)	14,2	41,7	78,9	32,2	22,4	43,4	-2,5	9,6	-6,4	-0,3
Sector petrolífero	13,6	45,3	81,1	33,4	21,8	44,8	-3,1	9,4	-7,3	-1,1
Sector não petrolífero	20,5	3,8	46,7	9,9	34,5	14,6	12,7	14,0	13,4	12,9
Importações, FOB (com base nos valores em US\$)	45,7	6,4	43,2	14,8	57,0	31,6	13,2	13,5	8,7	5,9
Volume de exportações	-2,9	14,2	31,7	9,0	25,4	33,6	-2,1	12,4	-5,3	0,7
Volume de importações	32,3	3,6	36,6	13,7	49,1	30,2	12,6	12,6	7,5	5,9
Termos de troca	6,8	20,7	29,6	20,1	-7,3	6,2	-1,0	-3,2	-2,2	-1,0
Taxa de câmbio efectiva nominal (média)	-47,1	-13,6	-5,6	10,5	...	...	...	...	...	...
Taxa de câmbio efectiva real <sup>1</sup>	18,3	19,8	24,6	6,4	...	...	...	...	...	...
<b>Moeda e crédito (fim do período)</b>										
Activos internos líquidos <sup>2</sup>	12	-97	-9	-48	17	-19	-29	-23	-14	-13
Meios de pagamento <sup>2</sup>	67	50	60	60	29	23	17	15	14	14
Taxa de juro (TBCs de 90 dias; em percentagens)	81	57	11	7,9	...	...	...	...	...	...
Velocidade de M2 (PIB não petrolífero/média de M2)	3,35	3,55	3,19	3,00	2,95	3,03	3,03	3,06	3,01	2,95
Base monetária em termos reais (variação percentual)	-0,5	19,1	40,2	-9,9	18,0	13,3	10,2	10,6	10,4	9,9
	(Em percentagens do PIB, salvo indicação em contrário)									
<b>Contas fiscais</b>										
Receitas	37,9	36,9	40,7	46,4	34,5	35,4	33,0	32,2	30,3	29,9
Das quais: petrolífera	27,9	28,4	32,3	37,2	26,6	27,1	24,0	23,1	20,5	19,7
Despesa total	44,3	38,5	33,3	31,6	33,6	31,4	30,9	28,8	26,9	26,2
Da qual: despesas de capital	7,6	4,9	5,0	8,9	9,1	9,7	9,1	7,4	5,8	5,7
Da qual: despesas de capital com financ. externo (em mil milhões de US\$)	0,1	0,1	0,0	2,3	3,0	3,1	3,1	2,0	1,2	1,0
Saldo global (especialização)	-6,4	-1,6	7,3	14,8	0,9	3,9	2,2	3,4	3,5	3,7
Saldo fiscal primário não petrolífero (excl. doações) <sup>5</sup>	-72,5	-62,1	-61,5	-50,3	-52,8	-47,7	-39,9	-35,2	-27,8	-25,1
Saldo global (caixa)	-5,6	-3,7	6,5	6,6	-2,1	3,9	2,2	3,4	3,5	3,7
<b>Sector externo</b>										
Saldo em conta corrente (incl. transferências; défice -)	-5,2	3,5	16,8	23,3	6,4	8,7	4,1	3,2	-0,9	-2,2
Dívida externa (em mil milhões de dólares americanos)	10,2	10,8	12,2	9,2	9,5	11,4	13,1	13,4	12,8	11,8
Rácio dívida externa/PIB	73,1	54,5	39,9	20,3	16,3	13,5	14,4	13,2	12,4	10,9
Rácio serviço da dívida/exportações <sup>3</sup>	23,7	16,5	10,9	8,7	4,5	3,6	4,2	4,4	5,1	5,2
	(Em milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário)									
Reservas internacionais líquidas (fim do período) <sup>4</sup>	790	2 023	4 140	8 598	10 524	16 360	20 674	23 193	23 646	23 467
Reservas internacionais brutas (fim do período) <sup>4</sup>	800	2 034	4 147	8 609	10 533	16 369	20 683	23 202	23 655	23 476
<b>Por memória:</b>										
Produto interno bruto (em milhões de US\$)	13 956	19 800	30 632	45 167	58 696	84 330	90 899	101 414	103 594	108 956
Taxa de câmbio oficial (kz por US\$; fim do período)	79,1	85,6	80,8	80	...	...	...	...	...	...
Produção de petróleo (milhares de barris por dia)	875	989	1 247	1 427	2 018	2 289	2 226	2 488	2 324	2 315
Preço do petróleo angolano (dólares americanos por barril)	28,2	36,1	50,0	61,4	59,7	64,8	64,5	63,0	62,2	61,7

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Fim do período. O sinal positivo indica valorização.<sup>2</sup> Como percentagem de M3 no início do período.<sup>3</sup> Em percentagens das exportações de bens e serviços.<sup>4</sup> Abrange depósitos do governo em contas no estrangeiro.<sup>5</sup> Em percentagens do PIB não petrolífero.

**Tabela 2a. Angola: Síntese das Operações do Governo, 2003-12**  
(Em mil milhões de kwanzas, salvo indicação em contrário)

	2003	2004	2005	2006		2007		2008	2009	2010	2011	2012
				Est.	Orç.	Est.	Orç.					
<b>Receitas</b>	394,9	609,7	1 085,8	1 415,0	1 684,9	1 679,6	1 549,3	2 052,4	2 032,1	2 279,0	2 249,0	2 390,0
Receita tributária	382,0	596,6	1 050,3	1 353,9	1 577,9	1 615,1	1 488,9	1 976,2	1 948,8	2 184,9	2 146,0	2 277,1
Petrolífera	290,4	469,3	862,1	1 133,2	1 350,6	1 323,2	1 196,5	1 570,5	1 475,0	1 633,4	1 519,0	1 576,6
Não petrolífera	91,6	127,3	188,2	220,7	227,3	291,9	292,4	405,8	473,8	551,5	627,0	700,5
Receita não tributária	4,9	5,6	29,2	49,6	107,0	55,9	55,9	72,1	79,3	87,2	95,9	105,5
Doações	8,0	7,5	6,4	11,5	0,0	8,6	4,6	4,1	4,0	7,0	7,2	7,4
<b>Despesas</b>	461,5	635,7	889,8	1 637,4	1 146,7	1 828,6	1 508,2	1 823,8	1 898,0	2 038,3	1 992,8	2 095,1
Despesas correntes	378,1	505,6	720,1	892,9	823,8	1 176,6	1 099,5	1 263,6	1 341,3	1 518,2	1 564,6	1 641,9
Pessoal	129,0	170,4	246,7	374,2	310,2	395,7	395,7	511,1	542,0	622,8	653,7	704,7
Bens e serviços	163,8	156,2	245,1	250,8	274,5	410,8	375,0	484,3	513,6	590,3	619,5	667,9
Pagamentos de juros devidos	19,0	37,8	48,6	55,0	53,6	97,3	56,0	61,1	71,5	82,1	86,1	85,4
Internos	0,9	6,7	13,8	15,7	9,7	18,8	11,2	11,2	11,2	11,2	11,2	11,2
Externos	18,1	31,1	34,8	39,4	44,0	78,5	44,8	49,9	60,3	70,9	74,9	74,2
Transferências	66,3	141,2	179,7	212,8	185,4	272,8	272,8	207,1	214,1	222,9	205,2	183,9
<i>Das quais: subsídios (comb. e serv. públ.)</i>	49,5	108,7	115,7	137,4	127,1	182,4	150,0	108,1	108,3	117,3	124,8	123,3
Despesas de capital e outras	74,6	120,9	149,7	744,5	322,9	652,0	408,6	560,2	556,8	520,2	428,2	453,1
Despesas de capital	79,0	80,8	134,7	744,5	322,9	652,0	408,6	560,2	556,8	520,2	428,2	453,1
<i>Das quais: financiadas por fontes externas</i>	8,0	7,5	0,0	...	185,8	...	231,8	215,4	211,9	140,8	86,8	74,1
Discrepância	-8,6	33,3	15,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesas não orçamentadas, estimativa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice operacional do banco central	8,8	9,2	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Saldo global (especialização)</b>	-66,6	-26,0	196,1	-222,4	538,2	-149,0	41,2	228,5	134,1	240,7	256,2	294,9
<b>Variação dos pagamentos em atraso (líquida)</b>	8,0	-35,0	-23,5	-33,9	-298,6	56,6	-135,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Internos	5,5	-36,0	-37,0	-60,7	-298,6	-7,1	-40,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Juros externos	2,5	1,0	13,5	26,8	0,0	63,7	-95,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Saldo global (caixa)</b>	-58,6	-61,0	172,6	-256,3	239,6	-92,4	-94,3	228,5	134,1	240,7	256,2	294,9
<b>Financiamento</b>	58,6	61,0	-172,5	256,3	-239,6	92,4	94,3	-228,5	-134,1	-240,7	-256,2	-294,9
Bónus do petróleo (líquidos)	0,0	17,4	0,0	0,0	80,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento externo (líquido)	36,2	89,6	-91,1	457,3	-33,4	203,3	-8,8	215,3	203,7	115,3	42,8	14,0
Empréstimos (líquidos)	16,6	-18,1	-107,3	457,3	-33,4	203,3	-8,8	215,3	203,7	115,3	42,8	14,0
Desembolsos	117,7	190,2	40,2	612,6	262,3	592,3	231,8	215,4	211,9	140,8	86,8	74,1
Amortização	-101,2	-208,3	-147,5	-155,4	-295,7	-389,0	-240,6	-0,1	-8,2	-25,5	-44,0	-60,1
Empréstimos de curto prazo, líquidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida	19,7	107,7	16,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento interno (líquido)	22,4	-46,0	-81,4	-200,9	-287,2	-110,9	103,1	-443,8	-337,7	-356,0	-299,0	-308,9
Crédito bancário	8,7	-26,1	-73,8	-220,2	-410,9	-110,9	103,1	-443,8	-337,7	-356,0	-299,0	-308,8
Crédito líquido ao governo	4,9	-27,2	-68,9	-220,2	-410,9	-110,9	129,1	-429,0	-347,1	-372,9	-327,6	-360,7
Flutuação de valores (+ = ganhos)	3,8	1,0	-4,9	0,0	0,0	0,0	-26,0	-14,8	9,3	16,9	28,6	51,7
Depósitos de contrapartida do gov. no estrangeiro	-10,7	-41,4	-21,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,1
Obrigações do Tesouro	24,4	19,7	13,8	19,2	123,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Por memória:</b>	-53,3	-43,7	-44,2	-36,9	-28,9	-34,6	-33,1	-26,8	-22,3	-21,1	-17,6	-15,5
Dívida externa pública (fim do período)	806,5	923,9	986,2	...	789,9	...	622,5	755,6	945,5	1 050,3	1 083,7	1 097,1
Saldo fiscal não petrolífero	-357,0	-495,3	-666,0	-1355,6	-812,4	-1472,2	-1155,3	-1341,9	-1340,9	-1392,7	-1262,8	-1281,7
Saldo fiscal primário não petrolífero (excl. doações)	-346,0	-465,0	-623,8	-1312,1	-758,8	-1374,9	-1103,8	-1284,9	-1273,4	-1317,6	-1183,9	-1203,7
PIB nominal	1 041	1 652	2 670	3 630	3 630	4 491	4 491	5 800	6 151	7 069	7 419	7 998
<b>PIB não petrolífero</b>	477	749	1 014	1 509	1 509	2 089	2 089	2 693	3 190	3 742	4 264	4 803

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Tabela 2b. Angola: Síntese das Operações do Governo, 2003–12

	2003	2004	2005	2006		2007		2008	2009	2010	2011	2012
				Proj.	Orç.	Est.	Orç.					
(Em percentagens do PIB, salvo indicação em contrário)												
Receitas	37,9	36,9	40,7	39,0	46,4	37,4	34,5	35,4	33,0	32,2	30,3	29,9
Receita tributária	36,7	36,1	39,3	37,3	43,5	36,0	33,2	34,1	31,7	30,9	28,9	28,5
Petrolífera	27,9	28,4	32,3	31,2	37,2	29,5	26,6	27,1	24,0	23,1	20,5	19,7
Não petrolífera	8,8	7,7	7,1	6,1	6,3	6,5	6,5	7,0	7,7	7,8	8,5	8,8
Receita não tributária	0,5	0,3	1,1	1,4	2,9	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2	1,3	1,3
Doações	0,8	0,5	0,2	0,3	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas	44,3	38,5	33,3	45,1	31,6	40,7	33,6	31,4	30,9	28,8	26,9	26,2
Despesas correntes	36,3	30,6	27,0	24,6	22,7	26,2	24,5	21,8	21,8	21,5	21,1	20,5
Pessoal	12,4	10,3	9,2	10,3	8,5	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8
Bens e serviços	15,7	9,5	9,2	6,9	7,6	9,1	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4
Pagamentos de juros devidos	1,8	2,3	1,8	1,5	1,5	2,2	1,2	1,1	1,2	1,2	1,2	1,1
Internos	0,1	0,4	0,5	0,4	0,3	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Externos	1,7	1,9	1,3	1,1	1,2	1,7	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0	0,9
Transferências	6,4	8,5	6,7	5,9	5,1	6,1	6,1	3,6	3,5	3,2	2,8	2,3
<i>Das quais: subsídios (comb. e serv. públ.)</i>	4,8	6,6	4,3	3,8	3,5	4,1	3,3	1,9	1,8	1,7	1,7	1,5
Despesas de capital e outras	7,2	7,3	5,6	20,5	8,9	14,5	9,1	9,7	9,1	7,4	5,8	5,7
Despesas de capital	7,6	4,9	5,0	20,5	8,9	14,5	9,1	9,7	9,1	7,4	5,8	5,7
<i>Das quais: financiadas por fontes externas</i>	0,8	0,5	0,0	...	5,1	...	5,2	3,7	3,4	2,0	1,2	0,9
Discrepância	-0,8	2,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice operacional do banco central	0,8	0,6	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global (especialização)	-6,4	-1,6	7,3	-6,1	14,8	-3,3	0,9	3,9	2,2	3,4	3,5	3,7
Variação dos pagamentos em atraso (líquida)	0,8	-2,1	-0,9	-0,9	-8,2	1,3	-3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Internos	0,5	-2,2	-1,4	-1,7	-8,2	-0,2	-0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Juros externos	0,2	0,1	0,5	0,7	0,0	1,4	-2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global (caixa)	-5,6	-3,7	6,5	-7,1	6,6	-2,1	-2,1	3,9	2,2	3,4	3,5	3,7
Financiamento	5,6	3,7	-6,5	7,1	-6,6	2,1	2,1	-3,9	-2,2	-3,4	-3,5	-3,7
Bónus do petróleo (líquidos)	0,0	1,1	0,0	0,0	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento externo (líquido)	3,5	5,4	-3,4	12,6	-0,9	4,5	-0,2	3,7	3,3	1,6	0,6	0,2
Empréstimos (líquidos)	1,6	-1,1	-4,0	12,6	-0,9	4,5	-0,2	3,7	3,3	1,6	0,6	0,2
Desembolsos	11,3	11,5	1,5	16,9	7,2	13,2	5,2	3,7	3,4	2,0	1,2	0,9
Amortização	-9,7	-12,6	-5,5	-4,3	-8,1	-8,7	-5,4	0,0	-0,1	-0,4	-0,6	-0,8
Empréstimos de curto prazo, líquidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida	1,9	6,5	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento interno (líquido)	2,2	-2,8	-3,0	-5,5	-7,9	-2,5	2,3	-7,7	-5,5	-5,0	-4,0	-3,9
Crédito bancário	0,8	-1,6	-2,8	-6,1	-11,3	-2,5	2,3	-7,7	-5,5	-5,0	-4,0	-3,9
Crédito líquido ao governo	0,5	-1,6	-2,6	-6,1	-11,3	-2,5	2,9	-7,4	-5,6	-5,3	-4,4	-4,5
<i>Do qual: Bilhetes do Tesouro</i>	0,9	1,1	1,1	...	0,8	0,0	0,8	0,7	0,8	0,6	0,6	0,6
Flutuação de valores (+ = ganhos)	0,4	0,1	-0,2	0,0	0,0	0,0	-0,6	-0,3	0,2	0,2	0,4	0,6
Depósitos de contrapartida do gov. no estrangeiro	-1,0	-2,5	-0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obrigações do Tesouro e outros	2,3	1,2	0,5	0,5	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>												
Dívida externa pública (fim do período)	73,1	54,5	39,9	...	21,8	...	15,0	13,4	15,1	14,6	14,4	13,5
Impostos não petrolíferos (% do PIB não petrolífero)	19,2	17,0	18,6	28,6	15,1	17,1	14,0	15,1	14,9	14,7	14,7	14,6
Saldo fiscal não petrolífero	-34,3	-30,0	-24,9	18,8	-22,4	-32,8	-25,7	-23,1	-21,8	-19,7	-17,0	-16,0
Saldo fiscal não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-74,8	-66,1	-65,7	-89,8	-53,8	-70,5	-55,3	-49,8	-42,0	-37,2	-29,6	-26,7
Saldo fiscal primário não petrolífero (excl. doações)	-33,2	-28,1	-23,4	-36,1	-20,9	-30,6	-24,6	-22,2	-20,7	-18,6	-16,0	-15,0
(% do PIB não petrolífero)	-72,5	-62,1	-61,5	-87,0	-50,3	-65,8	-52,8	-47,7	-39,9	-35,2	-27,8	-25,1
Saldo global (% do RNDB)	-7,2	-1,8	8,4	...	16,8	-3,8	1,0	4,5	2,5	3,8	3,7	4,0
PIB nominal (em mil em milhões de kwanzas)	1 041	1 652	2 670	3 630	3 630	4 491	4 491	5 800	6 151	7 069	7 419	7 998
PIB nominal (em mil em milhões de US\$)	14,0	19,8	30,6	38,6	45,2	59	58,7	84,3	90,9	101,4	103,6	109,0
PIB não petrolífero (em mil milhões de kwanzas)	477	749	1 014	1 509	1 509	2 089	2 089	2 693	3 190	3 742	4 264	4 803

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

**Tabela 2c. Angola: Síntese das Operações do Governo, 2003–12**  
(Em mil milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário)

	2003	2004	2005	2006		2007		2008	2009	2010	2011	2012
	Ano	Proj.		Orç.	Est.	Orç.	Proj.			Proj.		
<b>Receitas</b>	5,3	7,3	12,5	15,1	21,0	19,3	20,2	29,8	30,0	32,7	31,4	32,6
Receita tributária	5,1	7,2	12,1	14,4	19,6	18,6	19,5	28,7	28,8	31,3	30,0	31,0
Petrolífera	3,9	5,6	9,9	12,1	16,8	15,2	15,6	22,8	21,8	23,4	21,2	21,5
Não petrolífera	1,2	1,5	2,2	2,3	2,8	3,4	3,8	5,9	7,0	7,9	8,8	9,5
Receita não tributária	0,1	0,1	0,3	0,5	1,3	0,6	0,7	1,0	1,2	1,3	1,3	1,4
Doações	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
<b>Despesas</b>	6,2	7,6	10,2	17,4	14,3	21,0	19,7	26,5	28,0	29,2	27,8	28,5
Despesas correntes	5,1	6,1	8,3	9,5	10,3	13,5	14,4	18,4	19,8	21,8	21,8	22,4
Pessoal	1,7	2,0	2,8	4,0	3,9	4,5	5,2	7,4	8,0	8,9	9,1	9,6
Bens e serviços	2,2	1,9	2,8	2,7	3,4	4,7	4,9	7,0	7,6	8,5	8,7	9,1
Pagamentos de juros devidos	0,3	0,5	0,6	0,6	0,7	1,1	0,7	0,9	1,1	1,2	1,2	1,2
Internos	0,0	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Externos	0,2	0,4	0,4	0,4	0,5	0,9	0,6	0,7	0,9	1,0	1,0	1,0
Transferências	0,9	1,7	2,1	2,3	2,3	3,1	3,6	3,0	3,2	3,2	2,9	2,5
<i>Das quais: subsídios (comb. e serv. públ.)</i>	0,7	1,3	1,3	1,5	1,6	2,1	2,0	1,6	1,6	1,7	1,7	1,7
Despesas de capital e outras	1,0	1,4	1,7	7,9	4,0	7,5	5,3	8,1	8,2	7,5	6,0	6,2
Despesas de capital	1,1	1,0	1,5	7,9	4,0	7,5	5,3	8,1	8,2	7,5	6,0	6,2
<i>Das quais: financiadas por fontes externas</i>	0,1	0,1	0,0	...	2,3	...	3,0	3,1	3,1	2,0	1,2	1,0
Discrepância	-0,1	0,4	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice operacional do banco central	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global (especialização)	-0,9	-0,3	2,2	-2,4	6,7	-1,7	0,5	3,3	2,0	3,5	3,6	4,0
Variação dos pagamentos em atraso (líquida)	0,1	-0,4	-0,3	-0,4	-3,7	0,7	-1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Internos	0,1	-0,4	-0,4	-0,6	-3,7	-0,1	-0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Juros externos	0,0	0,0	0,2	0,3	0,0	0,7	-1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global (caixa)	-0,8	-0,7	2,0	-2,7	3,0	-1,1	-1,2	3,3	2,0	3,5	3,6	4,0
<b>Financiamento</b>	0,8	0,7	-2,0	2,7	-3,0	1,1	1,2	-3,3	-2,0	-3,5	-3,6	-4,0
Bónus do petróleo (líquidos)	0,0	0,2	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento externo (líquido)	0,5	1,1	-1,0	4,9	-0,4	2,3	-0,1	3,1	3,0	1,7	0,6	0,2
Empréstimos (líquidos)	0,2	-0,2	-1,2	4,9	-0,4	2,3	-0,1	3,1	3,0	1,7	0,6	0,2
Desembolsos	1,6	2,3	0,5	6,5	3,3	6,8	3,0	3,1	3,1	2,0	1,2	1,0
Amortização	-1,4	-2,5	-1,7	-1,7	-3,7	-4,5	-3,1	0,0	-0,1	-0,4	-0,6	-0,8
Empréstimos de curto prazo, líquidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida	0,3	1,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento interno (líquido)	0,3	-0,6	-0,9	-2,1	-3,6	-1,3	1,3	-6,5	-5,0	-5,1	-4,2	-4,2
Crédito bancário	0,1	-0,3	-0,8	-2,3	-5,1	-1,3	1,3	-6,5	-5,0	-5,1	-4,2	-4,2
Crédito líquido ao governo	0,1	-0,3	-0,8	-2,3	-5,1	-1,3	1,7	-6,2	-5,1	-5,3	-4,6	-4,9
<i>Do qual: Bilhetes do Tesouro</i>	0,1	0,2	0,3	...	0,4	0,0	0,5	0,6	0,6	0,8	0,7	0,7
Flutuação de valores (+ = ganhos)	0,1	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	-0,3	-0,2	0,1	0,2	0,4	0,7
Depósitos de contrapartida do gov. no estrangeiro	-0,1	-0,5	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obrigações do Tesouro	0,3	0,2	0,2	0,2	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>												
Dívida externa pública (fim do período)	10,2	10,8	12,2	...	9,9	...	8,8	11,3	13,8	14,8	14,9	14,8
Impostos não petrolíferos	1,2	1,5	2,2	2,3	2,8	4,1	3,8	5,9	7,0	7,9	8,8	9,5
Saldo fiscal não petrolífero	-4,8	-5,9	-7,6	-14,4	-10,1	-16,9	-15,1	-19,5	-19,8	-20,0	-17,6	-17,5
Saldo fiscal primário não petrolífero (excl. doações)	-4,6	-5,6	-7,2	-14,0	-9,4	-15,8	-14,4	-18,7	-18,8	-18,9	-16,5	-16,4
PIB nominal	14,0	19,8	30,6	38,6	45,2	51,6	58,7	84,3	90,9	101,4	103,6	109,0
PIB não petrolífero	6,4	9,0	11,6	16,1	18,8	24,0	27,3	39,1	47,1	53,7	59,5	65,4

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

**Tabela 3. Angola: Progresso na Gestão das Finanças Públicas e Transparência Fiscal**

<b>Acções prioritárias identificadas pela PEMFAR de 2004 e pelo módulo fiscal do ROSC de 2006</b>	<b>Progresso</b>
<b><i>I. Elaboração do Orçamento</i></b>	
Aumentar o realismo dos pressupostos macroeconómicos no Orçamento	Concluída satisfatoriamente
Adoptar o modelo de previsão das receitas petrolíferas	Em curso/parcial
Aumentar a coordenação entre o Ministério das Finanças e o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social sobre as informações salariais	Em curso/parcial
Elaborar um cadastro único actualizado abrangendo todos os quadros do sector público	Ainda não iniciada
Adoptar um programa de investimento público plurianual e criar um comité de coordenação para avaliar os projectos de investimento	Ainda não iniciada
Melhorar a classificação do Orçamento	Ainda não iniciada
Elaborar um quadro fiscal de médio prazo	Em curso/pouco progresso
<b><i>II. Apresentação do Orçamento</i></b>	
Melhorar a disseminação dos documentos orçamentais (Internet, folhetos informativos, etc.)	Ainda não iniciada
Reforçar o conteúdo do projecto do Orçamento (incluindo as actividades para-fiscais (APF), renúncia fiscal, riscos fiscais, passivos contingentes, etc.)	Ainda não iniciada, salvo as APF da Sonangol
<b><i>III. Execução do Orçamento</i></b>	
Consolidar a Conta Única do Tesouro	Em curso/moderado
Usar a programação financeira como tecto para os compromissos	Em curso/moderado
Usar de forma plena os controlos automatizados do SIGFE para gerir o ciclo de execução do Orçamento	Em curso/moderado
Capacitar os utilizadores do SIGFE	Em curso/satisfatório
Implementar e melhorar o SIGFE com os novos módulos e funcionalidades	Em curso/moderado
<b><i>IV. Contabilidade e prestação de contas</i></b>	
Melhorar a actualidade do conteúdo dos relatórios de execução do Orçamento	Em curso/parcial
Oferecer acções de formação periódicas sobre práticas de contabilidade e prestação de contas às unidades orçamentais	Em curso/satisfatório
Estabelecer rotinas de contabilidade e gestão financeira para os activos não financeiros	Em curso/parcial
Adoptar o Manual de Contabilidade revisto e o Plano de Contas	Concluída satisfatoriamente
Criar uma base de dados sobre a dívida que seja inteiramente compatível com o GFSM 2001	Em curso/pouco progresso
<b><i>V. Controlos internos</i></b>	
Reforçar os recursos humanos da Inspeção Nacional de Finanças (INF)	Ainda não iniciada
Adoptar o novo Manual sobre Controlos Internos e o Plano Estratégico de Informática na INF	Em curso/parcial

**Tabela 3. Angola: Progressos na Gestão das Finanças Públicas e Transparência Fiscal (conclusão)**

<b>Acções prioritárias identificadas pela PEMFAR de 2004 e pelo módulo fiscal do ROSC de 2006</b>	<b>Progresso</b>
<b>VI. Controlos externos</b>	
Elaborar a Conta Geral do Estado para apresentação ao Tribunal de Contas	Ainda não iniciada
Apresentar o relatório de execução orçamental anual ao Tribunal de Contas	Concluída de forma moderada
Separar as função de controlo externo das relacionadas ao controlo interno (eliminando os controlos preventivos executados pelo Tribunal de Contas	Ainda não iniciada
<b>VII. Reforço da administração tributária</b>	
Melhorar a assistência aos contribuintes e a disseminação da legislação tributária (Internet, folhetos informativos, etc.), reforçar os controlos internos e a gestão das administrações tributárias e alfandegárias, e fortalecer os actuais programas de formação	Ainda não iniciada
<b>VIII. Ring-fencing das actividades da Sonangol</b>	
Estimar as actividades parafiscais da Sonangol antes da inclusão no Orçamento	Em curso/moderado
Identificar as APF da Sonangol que serão descontadas da receita petrolífera devida ao governo (mensalmente)	Ainda não iniciada
Promulgar decreto ministerial determinando a realização de uma auditoria independente das APF da Sonangol, com vistas a acelerar o processo de conciliação mensal	Ainda não iniciada
Promulgar decreto para alargar as auditorias fiscais de modo a incluir os impostos líquidos devidos ao governo pela Sonangol	Ainda não iniciada
Estabelecer um mecanismo formal para a prestação de informações pela Sonangol ao Ministério das Finanças e ao Banco Nacional de Angola	Em curso/moderado
Eliminar os subsídios aos preços dos combustíveis por meio de ajustamentos periódicos	Em curso/moderado
<b>IX. Outras medidas para aumentar a transparência do sector de recursos minerais (petróleo e diamantes)</b>	
Levar ao público as auditorias realizadas na Endiama e na Sonangol	Ainda não iniciada
Estabelecer acordos periódicos entre o Estado e a Endiama e Sonangol (a serem renovados a cada três anos)	Ainda não iniciada
Fazer com que a Sonangol abra mão de seus direitos de aprovar contractos quando suas subsidiárias participarem das licitações.	Ainda não iniciada

Fontes: Corpos técnicos do Banco Mundial e FMI.

Tabela 4. Angola: Síntese Monetária, 2003–08

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.
				Est.	Proj.	Proj.
(Em mil milhões de kwanzas, salvo indicação em contrário)						
Activos externos líquidos	154,7	278,4	463,7	927,4	1 008,7	1 379,5
Reservas internacionais líquidas	61,7	171,7	334,4	689,3	746,5	1 090,9
Reservas brutas	62,6	172,7	335,0	690,1	747,1	1 091,4
BNA	50,1	117,3	258,2	690,1	747,1	1 091,4
Depósitos do governo no estrangeiro	12,4	55,3	76,8	0,0	0,0	0,0
Passivos externos de curto prazo	-0,8	-1,0	-0,6	-0,9	-0,6	-0,6
Outros activos externos	-1,5	-1,4	-1,5	-1,4	-1,3	-1,2
 Bancos comerciais	 94,4	 108,2	 130,8	 239,5	 263,5	 289,8
Activos internos líquidos	25,6	-8,3	-32,4	-239,2	-122,2	-289,3
Crédito interno líquido	65,0	75,0	60,7	-210,7	47,4	-265,9
Crédito ao governo (líquido)	7,0	-20,2	-89,0	-499,9	-353,0	-782,0
Crédito à economia	58,0	95,2	149,7	289,2	400,4	516,1
Depósitos de contrapartida do governo no estrangeiro	-12,4	-55,3	-76,8	0,0	0,0	0,0
Outros activos (líquidos)	-27,0	-28,0	-16,4	-28,5	-169,6	-23,4
 M3	 180,3	 270,1	 431,3	 688,2	 886,4	 1 090,1
Moeda e quase-moeda (M2)	177,9	244,6	391,2	615,6	799,1	978,4
Moeda	127,0	190,2	313,7	474,1	625,3	779,4
Moeda em poder do público	35,4	46,0	59,7	71,6	95,5	117,0
Depósitos à ordem	91,6	144,2	254,0	402,5	529,8	662,4
Moeda nacional	33,9	52,3	94,7	124,8	229,8	319,8
Moeda estrangeira	57,7	91,8	159,3	277,7	300,0	342,6
Quase-moeda	50,9	54,4	77,6	141,5	173,8	199,0
Depósitos em moeda nacional	3,9	5,0	17,9	18,3	85,2	104,7
Depósitos em moeda estrangeira	47,1	49,4	59,7	123,2	88,6	94,3
Acordos de recompra	2,4	25,6	40,1	72,6	87,4	111,7
 <i>Por memória:</i>						
Taxa de crescimento de M3 em 12 meses (%)	67,5	49,8	59,7	59,6	28,8	23,0
Inflação anual (fim do período)	76,7	31,0	18,5	12,2	10,0	8,0
Crédito à economia (variação percentual em 12 meses)	135,0	64,1	57,4	93,1	38,4	28,9
Activos externos líquidos (em milhões de US\$)	1 965	3 270	5 741	11 568	14 220	20 689
Activos	2 084	3 408	5 905	11 789	13 494	20 221
Passivos	119	138	164	221	187	187
Depósitos do governo (em milhões de US\$)	614	1 738	3 518	4 086	3 042	8 351
Moeda de reserva (em mil milhões de kwanzas)	70,7	103,0	183	265	528	508
Multiplicador monetário	3,0	2,7	2,6	4,0	4,0	4,0

Fontes: Banco Nacional de Angola (BNA) e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.



**Tabela 5. Angola: Autoridades Monetárias, 2003–08**

(Em mil milhões de kwanzas, salvo indicação em contrário)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez. Est.	Dez. Proj.	Dez. Proj.
Activos externos líquidos	60,3	170,3	332,9	687,8	745,2	1 089,6
Reservas internacionais líquidas	61,7	171,7	334,4	689,3	746,5	1 090,9
Reservas brutas	62,6	172,7	335,0	690,1	747,1	1 091,4
BNA	50,1	117,3	258,2	690,1	747,1	1 091,4
Depósitos do governo no estrangeiro	12,4	55,3	76,8	0,0	0,0	0,0
Passivos externos de curto prazo	-0,8	-1,0	-0,6	-0,9	-0,6	-0,6
Outros activos externos (líquidos)	-1,5	-1,4	-1,5	-1,4	-1,3	-1,2
Activos internos líquidos	10,4	-67,2	-150,4	-423,0	-217,1	-581,2
Crédito interno	14,4	-30,1	-117,8	-455,0	-268,2	-598,8
Crédito líquido ao governo	12,9	-31,9	-121,1	-457,8	-271,2	-601,9
Crédito à economia	1,5	1,8	3,3	2,9	3,0	3,1
Depósitos de contrapartida do governo no estrangeiro	-12,4	-55,3	-76,8	0,0	0,0	0,0
Outros activos (líquidos)	8,5	18,2	44,2	31,9	51,1	17,6
Moeda de reserva	70,7	103,0	182,6	264,8	528,1	508,4
Base monetária	58,6	91,5	152,1	153,8	199,7	244,3
Moeda em circulação	40,6	56,4	78,5	93,8	116,5	142,8
Depósitos das instituições financeiras	18,0	35,1	73,6	60,1	83,4	102,1
Outros depósitos	0,3	0,3	1,7	1,2	1,3	1,4
Títulos do BNA em poder dos bancos comerciais	11,8	11,2	28,8	109,8	327,1	262,7
<i>Por memória:</i>						
Taxa de câmbio oficial (kwanzas por US\$, fim do período)	79,1	85,6	80,8	80,2	...	...
Activos externos líquidos (em milhões de US\$)	771	2 006	4 121	8 580	10 506	16 342
Reservas internacionais líquidas (em milhões de US\$)	790	2 023	4 140	8 598	10 524	16 360
Reservas brutas (em milhões de US\$)	800	2 034	4 147	8 609	10 533	16 369
Em meses de import. de bens e serviços não petrolíf. no ano seguinte	1,9	3,1	5,6	7,1	6,3	8,6
Inflação de 12 meses	76,7	31,0	18,5	12,2	10,0	8,0
Taxa de crescimento da moeda em circulação em 12 meses	72,8	39,0	39,2	19,4	24,3	22,5
Taxa de crescimento da base monetária em 12 meses	87,7	56,1	66,2	1,1	29,9	22,5
Velocidade de circulação da moeda (PIB não petrolífero/média da moeda)	20,2	22,0	21,4	17,5	19,9	20,8
Base monetária em termos reais (crescimento em 12 meses)	-0,5	19,1	40,2	-9,9	18,0	13,3

Fontes: Banco Nacional de Angola (BNA) e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Tabela 6. Angola: Balança de Pagamentos, 2003–12

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
				Est.			Proj.			
	(Em milhões de dólares americanos)									
<b>Conta corrente</b>	<b>-719</b>	<b>686</b>	<b>5 138</b>	<b>10 538</b>	<b>3 784</b>	<b>7 339</b>	<b>3 693</b>	<b>3 288</b>	<b>-900</b>	<b>-2 403</b>
Balança comercial	4 028	7 643	15 756	22 277	23 949	36 114	32 088	34 286	28 265	26 466
Exportações, FOB	9 508	13 475	24 109	31 862	38 997	55 916	54 507	59 727	55 911	55 738
Petróleo bruto	8 530	12 442	22 583	29 929	36 417	52 829	51 124	55 916	51 739	51 119
Produtos refinados de petróleo e gás	154	178	271	554	724	961	987	1 080	1 075	1 121
Diamantes	788	790	1 092	1 155	1 552	1 736	1 903	2 121	2 341	2 560
Outros	35	65	163	225	303	391	492	610	757	938
Importações, FOB	-5 480	-5 832	-8 353	-9 586	-15 048	-19 801	-22 419	-25 441	-27 646	-29 273
Sector petrolífero	-2 022	-2 184	-2 554	-3 484	-4 171	-4 588	-4 883	-5 371	-5 809	-5 853
Sector não petrolífero	-3 458	-3 647	-5 799	-6 102	-10 877	-15 213	-17 536	-20 070	-21 837	-23 420
Serviços (líquidos)	-3 120	-4 480	-6 614	-6 087	-8 573	-11 123	-11 260	-12 672	-12 650	-13 014
Recebimentos	201	323	177	1 458	459	616	733	896	1 049	1 233
Pagamentos	-3 321	-4 803	-6 791	-7 545	-9 032	-11 739	-11 993	-13 569	-13 700	-14 248
Rendimentos (líquidos)	-1 726	-2 484	-4 031	-5 504	-11 432	-17 412	-16 897	-18 045	-16 249	-15 583
Recebimentos	12	33	26	126	252	315	394	473	567	680
Pagamentos	-1 739	-2 517	-4 057	-5 630	-11 684	-17 727	-17 291	-18 517	-16 816	-16 264
<i>Dos quais: sector petrolífero</i>	-1 378	-2 105	-3 391	-4 696	-10 650	-16 570	-15 999	-17 096	-15 358	-14 840
<i>Dos quais: juros devidos</i>	-243	-399	-555	-548	-665	-759	-889	-1 009	-1 037	-1 002
Transferências correntes (líquidas)	99	7	27	-148	-160	-240	-238	-281	-266	-271
<b>Conta de capital e financeira</b>	<b>820</b>	<b>-28</b>	<b>-3 692</b>	<b>-3 563</b>	<b>-108</b>	<b>-1 503</b>	<b>620</b>	<b>-769</b>	<b>1 354</b>	<b>2 224</b>
Transferências de capital (líquidas)	22	11	8	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos directos (líquidos)	3 481	1 414	-1 523	-966	-1 020	-3 026	-1 238	-1 418	1 441	2 464
Empréstimos de médio e longo prazo	-171	1 474	1 558	-1 154	1 922	1 827	1 707	346	-633	-949
Desembolsos	1 887	3 350	3 641	1 206	3 030	3 131	3 131	2 020	1 212	1 010
Amortizações	-2 059	-1 876	-2 083	-2 360	-1 108	-1 304	-1 424	-1 674	-1 845	-1 959
Outros fluxos de capital (líquidos, incl. erros e omissões)	-2 511	-2 927	-3 735	-1 443	-1 010	-303	152	303	545	709
<i>Dos quais: erros e omissões</i>	-388	277	-378	...	...	...	...	...	...	...
<b>Saldo global</b>	<b>101</b>	<b>658</b>	<b>1 445</b>	<b>6 975</b>	<b>3 676</b>	<b>5 836</b>	<b>4 313</b>	<b>2 519</b>	<b>453</b>	<b>-179</b>
Reservas internacionais líquidas (- = aumento)	-263	-780	-1 817	-5 402	-1 924	-5 836	-4 313	-2 519	-453	179
Financiamento extraordinário	162	122	372	-1 573	-1 752	0	0	0	0	0
Reescalamento e perdão da dívida	297	1 253	255	35	0	0	0	0	0	0
Pagamentos em atraso, líquidos (+ = aumento) <sup>1</sup>	-135	-1 132	117	-1 608	-1 752	0	0	0	0	0
<i>Por memória:</i>	(Em percentagens do PIB)									
<b>Conta corrente</b>	<b>-5,2</b>	<b>3,5</b>	<b>16,8</b>	<b>23,3</b>	<b>6,4</b>	<b>8,7</b>	<b>4,1</b>	<b>3,2</b>	<b>-0,9</b>	<b>-2,2</b>
Conta comercial	28,9	38,6	51,4	49,3	40,8	42,8	35,3	33,8	27,3	24,3
Exportações de bens e serviços	69,6	69,7	79,3	73,8	67,2	67,0	60,8	59,8	55,0	52,3
Importações de bens e serviços	63,1	53,7	49,4	37,9	41,0	37,4	37,9	38,5	39,9	39,9
Dívida externa (em mil milhões de dólares)	10,2	10,8	12,2	9,2	9,5	11,4	13,1	13,4	12,8	11,8
Dívida externa	73,1	54,5	39,9	20,3	16,3	13,5	14,4	13,2	12,4	10,9
VAL do rácio dívida externa/exportações líquidas (%)	...	...	...	37,1	21,4	17,2	17,9	16,5	15,7	14,2
Rácio do serviço da dívida (% das exportações de bens e serviços)	23,7	16,5	10,9	8,7	4,5	3,6	4,2	4,4	5,1	5,2
Reservas internacionais brutas (em milhões de US\$; fim do período)	800	2 034	4 147	8 609	10 533	16 369	20 682	23 202	23 655	23 476
Em meses de importações de bens e serviços <sup>2</sup>	0,9	1,6	2,9	4,3	4,0	5,7	6,4	6,7	6,5	6,2
Em meses de importações de bens e serviços não petrol. <sup>2</sup>	1,9	3,1	5,6	7,1	6,3	8,6	9,5	9,8	9,3	8,6
Em meses do serviço da dívida <sup>3</sup>	4,2	9,3	17,1	58,3	61,3	95,2	107,3	103,8	98,5	95,1
	(Variação percentual)									
Exportações de bens	14,2	41,7	78,9	32,2	22,4	43,4	-2,5	9,6	-6,4	-0,3
Importações de bens	45,7	6,4	43,2	14,8	57,0	31,6	13,2	13,5	8,7	5,9
Volumes de exportações	-2,9	14,2	31,7	9,0	25,4	33,6	-2,1	12,4	-5,3	0,7
Volumes de importações	32,3	3,6	36,6	13,7	49,1	30,2	12,6	12,6	7,5	5,9
Termos de troca	6,8	20,7	29,6	20,1	-7,3	6,2	-1,0	-3,2	-2,2	-1,0

Fontes: Banco Nacional de Angola (BNA) e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Abrange juros de mora do período 1999–2004. Pressupõe-se que o stock restante de pagamentos em atraso seja reembolsado no fim de 2007.

<sup>2</sup> Em meses das importações do ano seguinte.

<sup>3</sup> Em meses do serviço da dívida de médio e longo prazo.

**Tabela 7. Angola: Indicadores da Solidez Financeira do Sistema Bancário, 2002–06**

(Em percentagens, fim do período)

	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Suficiência de capital</b>					
Capital regulamentar/activos ponderados pelo risco	20.1	18.1	19.6	16.5	18.5
Capital (patr. líquido)/activos ponderados pelo risco	14.4	11.8	13.5	13.6	15.3
<b>Qualidade dos activos</b>					
Empréstimos em moeda estrangeira/total dos empr.	74.8	27.8	55.7	71.4	71.4
Empréstimos mal parados/empréstimos brutos	10.4	9.0	8.1	6.7	4.8
Provisões como percentagem de emprést. em atraso					
Provisões como percentagem do capital (patrim. líquido)	9.9	13.0	13.6	12.4	8.1
<b>Distribuição sectorial de créditos</b>					
Crédito ao sector público/total do crédito	8.4	7.7	5.2	0.9	7.1
Crédito ao sector privado/total do crédito	91.6	92.3	94.7	93.6	92.6
<b>Lucros e rendibilidade</b>					
Rendibilidade dos activos	0.7	4.7	4.1	4.2	2.7
Rendibilidade do capital	18.3	27.0	24.3	29.8	28.8
Despesas operacionais/rendimentos brutos				7.0	77.3
Margem de juros/rendimentos brutos	98.0	103.8	116.3	119.5	47.4
<b>Liquidez</b>					
Activos líquidos/total do activo	72.0	97.0	63.9	63.7	34.4
Activos líquidos/passivos de curto prazo	164.5	85.3	78.5	78.7	59.8
Empréstimos/depósitos	25.1	38.7	45.8	39.9	44.4
Passivos em moeda estrangeira/total de passivos	76.4	46.5	45.0	45.0	59.2
Reservas excedentárias/meios de pagamento					
<b>Sensibilidade ao risco de mercado</b>					
Posição a descoberto líq. em moeda estrang./capital	114.1	41.6	64.1	28.4	74.34
<i>Por memória:</i>					
Maior banco (participação no total de depósitos)	...	...	32.7	27.7	22.0
Maior banco (participação no total do crédito)	...	...	29.9	30.3	23.8

Fontes: BNA, Departamento de Supervisão de Instituições Financeiras, e estimativas do corpo técnico do FMI.

**Tabela 8. Angola: Dívida Pública, 2003–08 <sup>1</sup>**

(Em mil milhões de dólares americanos, salvo indicação em contrário)

	2003	2004	2005	2006 Est.
Total da dívida pública	11.6	11.8	14.4	10.5
Dívida externa (incl. juros de mora)	10.2	10.8	12.3	9.1
Dívida externa de médio e longo prazo (excl. juros de mora)	8.5	9.0	10.4	7.6
<i>Da qual:</i> pagamentos em atraso	4.3	3.0	2.7	0.9
Juros de mora <sup>2</sup>	1.7	1.8	1.9	1.5
Dívida interna	1.4	1.0	2.1	1.4
Dívida externa por tipo de credor	8.5	9.0	10.4	7.8
Bancos comerciais	2.4	3.5	4.9	3.5
<i>Da qual:</i> empréstimos com garantia do petróleo	1.8	3.4	5.3	2.9
Pagamentos em atraso	0.5	0.1	0.0	0.0
Credores multilaterais (IFIs)	0.3	0.4	0.4	0.4
<i>Da qual:</i> pagamentos em atraso	0.0	0.0	0.0	0.0
Clube de Paris	2.5	2.6	2.4	0.6
<i>Da qual:</i> pagamentos em atraso	2.1	2.3	2.1	0.3
Credores fora do Clube de Paris	2.1	1.7	1.9	2.7
<i>Da qual:</i> pagamentos em atraso	1.0	0.1	0.1	0.1
Fornecedores	1.0	0.8	0.8	0.7
<i>Da qual:</i> pagamentos em atraso	0.7	0.6	0.5	0.5
Dívida interna por emissor	1.4	1.0	2.1	1.4
Títulos do banco central	0.7	0.0	0.4	1.4
Títulos de curto prazo do governo (bilhetes do Tesouro)	0.6	1.0	0.7	0.0
Títulos de médio e longo prazo (obrigações do Tesouro) <sup>3</sup>	0.0	0.0	1.0	0.0
<i>Por memória:</i>				
Reservas internacionais líquidas <sup>4</sup>	0.8	2.0	4.1	8.6
Produto interno bruto	14.0	19.8	30.6	45.2
Rácio dívida pública/PIB (%)	82.8	59.8	47.1	24.1
Rácio dívida externa (incl. juros de mora)/PIB (%)	73.1	54.5	40.0	20.2
Rácio dívida externa/PIB (%)	60.7	45.4	33.9	16.8

Fontes: Banco Nacional de Angola (BNA) e estimativas do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Dívida externa e interna do governo central, da Sonangol e do banco central.<sup>2</sup> Estimativas.<sup>3</sup> As obrigações do Tesouro são indexadas ao dólar americano.<sup>4</sup> Abrange depósitos do governo em contas no estrangeiro.

Tabela 9. Angola: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, 1990–2005

	1990	1994	1997	2000	2003	2004	2005
<b>Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome</b> <sup>1</sup>							
Proporção do rendimento detida pelos 20% mais pobres (%)	...	...	...	...	...	...	...
Prevalência de subalimentação, peso por idade (% das crianças com menos de 5 anos)	20	...	41	...	...	...	...
Índice da pobreza diferencial a US\$ 1 por dia (PPC) (%)	...	...	...	...	...	...	...
Proporção de pessoas pobres a US\$ 1 por dia (PPC) (% da população)	...	...	...	...	...	...	...
Percentagem da população nacional que vive abaixo da linha de pobreza	...	...	...	...	...	...	...
Prevalência de subnutrição (% da população)	...	...	49	...	38	35	...
<b>Objectivo 2: Atingir o ensino primário universal</b> <sup>2</sup>							
Taxa de alfabetização do total dos jovens, (% 15 a 24 anos)	...	...	...	...	...	...	72
Proporção de alunos que, começando no 1º ano, alcançam o 5º ano (%)	...	...	...	...	...	...	...
Taxa de conclusão do ensino primário, total (% da faixa etária pertinente)	...	...	...	...	...	...	...
Taxa de inscrição líquida no ensino primário (%)	...	...	...	...	...	...	...
<b>Objectivo 3: Promover a igualdade de género e capacitar as mulheres</b> <sup>3</sup>							
Proporção de lugares no parlamento nacional ocupados por mulheres (%)	15	...	10	16	16	16	15
Rácio entre raparigas e rapazes nos ensinos primário e secundário (%)	...	...	...	85.2	...	...	...
Rácio entre alfabetização jovem feminina e masculina (% 15 a 24 anos)	...	...	...	...	...	...	75
Proporção de mulheres empregues no sector não agrícola (% do total do emprego não agric.)	26	...	...	...	...	...	...
<b>Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil</b> <sup>4</sup>							
Vacinação contra o sarampo (% de crianças com 12 a 23 meses de idade)	38	44	78	41	62	64	45
Taxa de mortalidade infantil (por 1 000 nados-vivos)	154	...	...	154	...	...	154
Taxa de mortalidade de menores de cinco anos (por 1 000)	260	...	...	260	...	...	260
<b>Objectivo 5: Melhorar a saúde materna</b> <sup>5</sup>							
Proporção de partos atendidos por profissionais técnicos de saúde (% do total)	...	...	22.5	...	...	...	...
Taxa de mortalidade materna (estimativa modelada, por 100 000 nados-vivos)	...	...	...	1700	...	...	...
<b>Objectivo 6: Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças</b> <sup>6</sup>							
Crianças órfãs pelo VIH/SIDA	...	...	...	...	110000	110000	...
Prevalência do uso de contraceptivos (% de mulheres de 15 a 49 anos)	...	...	...	...	...	...	...
Incidência de tuberculose (por 100 000 pessoas)	214.5	...	...	...	...	258.7	...
Prevalência de VIH, mulheres (% 15 a 49 anos)	...	...	...	...	...	...	...
Prevalência de VIH, total (% 15 a 49 anos)	...	...	...	...	4	...	4
Casos de tuberculose detectados sob tratamento observado directamente (DOTS) (%)	...	...	61.3	51.3	107.7	91.9	85.4
<b>Objectivo 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental</b> <sup>7</sup>							
Emissões de dióxido de carbono (toneladas métricas per capita)	0.4	0.4	0.5	0.5	0.5	0.0	...
Área florestal (% da área terrestre total)	49	...	...	48	...	...	48
PIB por unidade de energia utilizada (em dólares PPC de 2000 por kg de equivalente petróleo)	4	4	3	3	3	3	...
Acesso a condições melhoradas de saneamento (% da população)	30	...	...	...	30	31	...
Acesso a uma fonte de água melhorada (% da população)	32	...	...	...	50	53	...
Áreas de protecção nacional (% da área total)	...	...	...	...	6.6	6.6	...
<b>Objectivo 8: Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento</b> <sup>8</sup>							
Ajuda per capita (US\$ correntes)	25.5	37.6	27.5	22.2	33	73.9	27.7
Serviço da dívida (PGP e FMI apenas, % das export. de bens e serv., excl. remessas de trabalhadores)	7	6	18	20	14	15	...
Assinantes de telefones de rede fixa e móvel (por 1 000 pessoas)	6.6	4.6	5.4	6.9	28.5	54.0	74.5
Utilizadores da Internet (por 1 000 pessoas)	0	...	0.1	1.1	5.6	11.1	11.1
Computadores pessoais (por 1 000 pessoas)	...	...	0.6	1.1	2.7	3.2	...
Total do serviço da dívida (% das exportações de bens, serviços e rendimentos)	8	8	19	21	14	14	9
Taxa de desemprego jovem feminina (% da força laboral feminina, 15 a 24 anos)	...	...	...	...	...	...	...
Taxa de desemprego jovem masculina (% da força laboral masculina, 15 a 24 anos)	...	...	...	...	...	...	...
Taxa de desemprego jovem total (% da força laboral total, 15 a 24 anos)	...	...	...	...	...	...	...
<b>Outros</b>							
Taxa de fertilidade, total (nascimentos por mulher)	7.1	...	6.9	6.8	6.7	...	6.6
Rendimento interno bruto per capita, método Atlas (US\$ correntes)	730	190	470	430	690	940	1,410
Rendimento interno bruto, método Atlas (US\$ correntes) (mil milhões)	7.7	2.3	6.1	5.9	10.4	14.6	22.5
Formação de capital bruta (% do PIB)	11.7	16.6	25.5	12.7	12.8	9.1	7.5
Esperança de vida à nascença, total (anos)	39.8	...	40.1	40.4	40.9	...	41.4
Taxa de alfabetização adulta, total (% das pessoas de idade igual ou superior a 15 anos)	...	...	...	...	...	...	67.41
População, total (milhões)	10.5	11.9	12.9	13.8	15.0	15.5	15.9
Comércio (% do PIB)	59.8	161.2	136	152.5	133.9	123.4	121.8

Fonte: Base de dados *World Development Indicators*.

Observação: Em alguns casos, os dados são referentes a anos anteriores ou posteriores aos indicados.

<sup>1</sup> Metas do Objectivo 1: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população com um rendimento inferior a um dólar por dia. Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população que sofre de fome.

<sup>2</sup> Meta do Objectivo 2: Garantir que, em 2015, as crianças, rapazes e raparigas por igual, possam concluir o ciclo completo da escolaridade primária.

<sup>3</sup> Meta do Objectivo 3: Eliminar a desigualdade de género no ensino primário e secundário se possível até 2005, e em todos os níveis até 2015.

<sup>4</sup> Meta do Objectivo 4: Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade abaixo dos cinco anos.

<sup>5</sup> Meta do Objectivo 5: Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna, entre 1990 e 2015.

<sup>6</sup> Metas do Objectivo 6: Deter e começar a reduzir a propagação do VIH/SIDA até 2015. Deter e começar a reduzir a incidência de malária e outras doenças graves até 2015.

<sup>7</sup> Metas do Objectivo 7: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais, invertendo a actual tendência para a perda de recursos ambientais. Reduzir para metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável.

<sup>8</sup> Metas do Objectivo 8: Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro mais aberto, regulamentado, previsível e não discriminatório. Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos. Atender às necessidades especiais dos países interiores e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

**APÊNDICE I****FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL E  
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO****ANGOLA****Análise Conjunta da Sustentabilidade da Dívida de 2007 pelo Banco Mundial e FMI<sup>1</sup> no  
Âmbito do Quadro de Sustentabilidade da Dívida dos Países de Baixo Rendimento**

Elaborada pelos Corpos Técnicos do Fundo Monetário Internacional e  
da Associação Internacional de Desenvolvimento

Aprovada por Robert Corker e Mark Plant (FMI)  
e Vikram Nehru e Sudhir Shetty (IDA)

6 de Agosto de 2007

*Com base no Quadro de Sustentabilidade da Dívida dos Países de Baixo Rendimento, um esforço conjunto do Banco Mundial e do FMI, avalia-se que Angola apresenta um **risco moderado** de sobreendividamento. Os rácios da dívida melhoraram sensivelmente nos últimos anos (graças à alta das receitas petrolíferas) e deverão manter-se numa trajectória descendente no médio prazo de acordo com as projecções realizadas no âmbito do cenário de referência usado nesta análise. Contudo, projecta-se que os rácios da dívida começarão a subir para além do médio prazo (embora mantendo níveis sustentáveis,) com o declínio das receitas petrolíferas. Em virtude da sua forte dependência de petróleo, porém, Angola continua vulnerável a uma queda das receitas petrolíferas.*

**A. Introdução**

1. Esta é a segunda análise da sustentabilidade da dívida (ASD) de Angola elaborada em conjunto pelo Banco Mundial e pelo Fundo no âmbito do Quadro de Sustentabilidade da Dívida (QSD) dos Países de Baixo Rendimento (PBR).<sup>2</sup> A ASD de 2006 mostrou que o país apresenta um risco moderado de sobreendividamento. Dados o nível actual das reservas

---

<sup>1</sup> Elaborada por técnicos do FMI e do Banco Mundial.

internacionais brutas angolanas e a expectativa de que sigam uma trajetória de crescimento no médio prazo, elas também são incluídas na discussão da vulnerabilidade da dívida.

**2. A dívida externa de Angola caiu drasticamente em 2006 na medida em que a evolução positiva do sector petrolífero facilitou a liquidação de pagamentos externos em atraso (Tabela do Texto 1).**

A dívida externa no fim de 2006 havia caído de US\$ 12,2 mil milhões (40% do PIB) no ano anterior para US\$ 9,2 mil milhões (em torno de 20% do PIB).

	Limiaries indicativos <sup>1</sup>	Angola	
		Fim de 2006	Fim de 2007 <sup>2</sup>
VAL da dívida, em percentagem de:			
PIB	30	37	21
Exportações de bens e serviços	100	50	32
Receita	200	80	62
Serviço da dívida, em percentagem de:			
Receita	25	14	9
Exportações de bens e serviços	15	9	4
<sup>1</sup> Limiaries dependentes de políticas para um país de baixo desempenho na avaliação das políticas e instituições nacionais (CPIA).			
<sup>2</sup> Cenário de referência.			

À mesma altura, o governo também havia começado a saldar os pagamentos em atraso para com os credores do Clube de Paris. Até Janeiro de 2007, já haviam sido regularizados US\$ 2,2 mil milhões em capital e juros em atraso e, no fim daquele mês, cerca de US\$ 50 milhões em capital e juros e US\$ 1,5 mil milhões em juros de mora frente aos credores do Clube de Paris estavam em atraso. Em consequência, no fim de 2006 apenas o rácio VAL da dívida/PIB estava acima do limiar indicativo baseado em políticas.<sup>3</sup> Para 2007, todos os indicadores de endividamento devem ficar abaixo dos seus limiaries indicativos correspondentes.

**3. A forte posição externa melhorou as finanças públicas internas.** Graças à subida das receitas petrolíferas, registou-se um excedente primário de 14,8% do PIB em 2006. Esse resultado positivo permitiu ao governo conter o endividamento interno e manter a dívida interna em um nível baixo (inferior a 5% do PIB em 2006).

## B. O Cenário Macroeconómico de Referência

**4. O cenário de referência** pressupõe i) a continuidade da estabilização macroeconómica, inclusive através de um ajustamento fiscal visando uma posição fiscal sustentável; ii) a implementação de reformas estruturais tendentes a fortalecer a gestão das

<sup>3</sup> O quadro de sustentabilidade da dívida dos países de baixo rendimento apresenta níveis (limiaries) indicativos do peso da dívida acima dos quais o risco de sobreendividamento do país atinge níveis considerados inaceitáveis (ver o documento IDA/R2004-0253, “*Operational Framework for Debt Sustainability Assessments in Low-Income Countries—Further Considerations*”). Esse QSD reconhece que políticas e instituições mais sólidas permitem aos países gerir níveis mais elevados de dívida; por conseguinte, os limiaries são dependentes de políticas. As políticas e instituições angolanas, conforme a Avaliação das Políticas e Instituições Nacionais (CPIA) do Banco Mundial, colocam o país na categoria de “fraco desempenho”. Os limiaries indicativos pertinentes a essa categoria constam da Tabela do Texto 1.

### Caixa 1. Pressupostos Macroeconómicos no Cenário de Referência

O **PIB real** deve crescer cerca de 12% ao ano em 2007–12 e, em seguida, cair para 4,5% ao ano em 2013–27. Apesar da expectativa de que o crescimento do produto real no sector petrolífero alcance seu limite com o amadurecimento do sector, a expansão do sector não petrolífero (incluindo diamantes, indústria de transformação, agricultura, construção e serviços) permaneceria robusta, em parte devido aos grandes investimentos em infra-estrutura e outras áreas, assim como à implementação de reformas para apoiar as actividades do sector privado e elevar a produtividade. Isso impulsionaria os rendimentos reais e o emprego, o que, por sua vez, promoveria uma elevação do consumo privado e investimento.

Estima-se que a **inflação** caia para em torno de 5% até 2012 e assim permaneça. A política monetária visa alcançar esse objectivo. A trajectória da **taxa de câmbio** reflecte as oscilações da taxa de câmbio de equilíbrio fundamental em Angola, uma medida que depende do crescimento per capita relativo e da abertura comercial.

A **posição fiscal** deve enfraquecer-se no médio a longo prazo, com o declínio da receita petrolífera em relação ao PIB, e tornar-se deficitária. O rácio receita/PIB cairia de 47% do PIB em 2006 para 30% em 2012 e 23% em 2027. O excedente global deve baixar de 6,7% do PIB em 2006 para 3,7% em 2012 e, em 2027, transformar-se num défice de 3% do PIB. Esse declínio aumentará o financiamento interno do orçamento e as despesas com juros. Contudo, considerando os níveis inicialmente baixos do serviço das dívidas interna e externa, a expectativa é que o peso dos pagamentos da dívida seja moderado até 2027. Para além disso, projecta-se que o défice primário não petrolífero, correspondente a 50% do PIB não petrolífero em 2006, caia pela metade até 2012. Em seguida, deve sofrer nova redução de 50%, chegando a aproximadamente 14% em 2027.

Estima-se que o **saldo da conta corrente externa** torne-se deficitário em 2011, em resultado do amadurecimento da indústria petrolífera e da queda das exportações de petróleo. Dada a predominância das exportações desse sector, nem mesmo o pressuposto de crescimento robusto das exportações não petrolíferas é o bastante para compensar a perda das receitas de exportação do petróleo. O défice da conta corrente externa deve estabilizar-se em 6,75% do PIB nos anos mais afastados. Supõe-se que os défices da conta corrente são financiados principalmente através de fluxos de entrada não geradores de dívida, o que abrange investimentos directos nos sectores não petrolífero e não extractivo. Tais fluxos estabilizar-se-ão nos 5% do PIB em 2017–27. Para além disso, os défices da conta corrente externa são parcialmente financiados através da venda de reservas internacionais, cuja cobertura deve cair para cerca de 3 meses das importações até 2017, e as entradas de recursos na forma de dívida devem atingir o seu ponto máximo, 3,5% do PIB, em 2021 e estabilizar-se depois disso.

Tabela da Caixa 1. Evolução das Principais Rubricas

	Média Histórica	Média 2007–12	Média 2013–27
Crescimento do PIB real (% ao ano)	9,9	11,9	4,4
Deflator do PIB (% em termos de US\$)	12,9	4,0	4,7
Saldo fiscal primário (% do PIB)	- 2,5	4,1	1,7
Receitas e doações (% do PIB)	42,2	32,6	20,5
Crescimento dos gastos primários reais (%)	17,1	8,7	5,5
Saldo da conta corrente externa (% do PIB, excluídos juros)	1,4	4,2	- 5,9
Crescimento das exportações (% em termos de US\$)	27,6	10,5	3,1
Crescimento das importações (% em termos de US\$)	15,0	17,5	6,3
Dívida do sector público (% do PIB)	130,5	15,5	12,5
<i>Da qual: dívida em moeda estrangeira</i>	129,2	13,3	10,6



finanças públicas e aumentar a produtividade e investimento do sector privado, sobretudo no sector não petrolífero, e iii) uma estratégia prudente de gestão da dívida e endividamento. Os principais pressupostos macroeconómicos do cenário de referência constam da Caixa 1. As trajectórias do produto e da inflação no médio a longo prazo na ASD deste ano são semelhantes às empregadas na análise de 2006, salvo as seguintes excepções:

i) o crescimento do produto é maior no longo prazo devido à aceleração do crescimento no sector não petrolífero e ao declínio mais lento da produção petrolífera (ambos estão sujeitos a um nível considerável de incerteza); ii) a taxa de câmbio real deve, segundo as projecções, reflectir os seus determinantes fundamentais, em vez de manter-se de modo geral constante como na ASD de 2006; iii) a elevação do crescimento do produto no fim do período melhorou as exportações e importações a longo prazo; iv) o elemento de doação reflecte os custos actuais e programados do financiamento com que Angola teria de arcar e v) os pagamentos aos credores do Clube de Paris reduziram o saldo da dívida externa em 2006 e os juros de mora restantes devem ser totalmente liquidados em 2007. Ademais, a ASD de 2006 não examinava a sustentabilidade da dívida do sector público.

**5. Embora as autoridades angolanas tenham concordado, na generalidade, com os méritos da adopção de políticas macroeconómicas e estruturais firmes, conforme descritas no cenário de referência, riscos importantes cercam esse cenário.** Em especial, as autoridades enfrentam fortes pressões políticas no sentido de melhorar as infra-estruturas e garantir a prestação de serviços sociais básicos, o que precisa ser contrabalançado com os objectivos de salvaguardar a estabilidade macroeconómica e manter a sustentabilidade fiscal e da dívida.

### C. Análise da Sustentabilidade da Dívida Externa

#### *Cenário de referência*

**6. A dinâmica da dívida externa na próxima década seria favorável, mas deteriorar-se-ia após 2017, com o declínio da receita petrolífera** (Tabela 1 e Figura 2). Contudo, os indicadores do peso da dívida manter-se-iam abaixo dos limiares dependentes de políticas ao longo do período.

**7. O risco de sobreendividamento é aparentemente moderado.** Na maioria dos testes de stress padronizados (Tabela 2), os indicadores do peso da dívida permanecem bem abaixo dos seus limiares ao longo dos próximos 20 anos.

**8. O nível da dívida angolana é vulnerável a choques nas exportações.** Uma queda das exportações (medida como o desvio-padrão da média histórica) em 2008–09 faria com que o rácio VAL da dívida/PIB superasse o limiar indicativo de 30% no período 2008–13, ao passo que os rácios VAL da dívida/exportações e serviço da dívida/exportações ficariam acima dos seus respectivos limiares indicativos na maior parte do período projectado (Figura 2). Isso mostra que Angola poderia tornar-se vulnerável a um sobreendividamento em virtude da sua forte dependência das exportações de petróleo.

9. **Embora a vulnerabilidade a variações no valor das exportações de petróleo seja preocupante, os testes de stress padronizados podem superestimar a vulnerabilidade externa de Angola.** O choque afecta o crescimento das exportações em 2008–09, quando as projecções de referência de franco crescimento das exportações (com o início da produção em novos campos petrolíferos) estão sujeitas a uma incerteza relativamente pequena se comparadas a projecções (mais baixas) para além desse período. Além disso, a ASD pressupõe que o financiamento para fazer face a um choque adverso nas exportações viria de um aumento do endividamento externo. Todavia, o país poderia usar as suas elevadas reservas internacionais para absorver choques temporários e, assim, reduzir o risco de sobreendividamento.

### *Cenários alternativos*

10. **Dois cenários adaptados foram desenvolvidos para melhor avaliar a vulnerabilidade de Angola a um sobreendividamento:**

- Cenário alternativo A: **reformas estruturais incompletas.** Este cenário salienta a importância da perseverança na implementação de reformas estruturais para estimular o desenvolvimento do sector não petrolífero.
- Cenário alternativo B: **diminuição da receita da exportação de petróleo em carácter permanente.**

11. **Ambos foram desenhados para ilustrar pontos específicos e não para apresentar projecções num contexto diferente do pressuposto no cenário de referência.** Nos cenários alternativos pressupõe-se que os choques na economia angolana são permanentes e que não há de reacções de política por parte das autoridades, salvo o necessário para manter um volume mínimo de reservas cambiais para proteger a economia contra choques.

### *Cenário alternativo A: reformas estruturais incompletas*

12. **Este cenário apresenta características do cenário macroeconómico alternativo do corpo técnico (alargado até 2027) e pressupõe reformas estruturais incompletas e uma maior expansão fiscal no período inicial.** Reformas estruturais incompletas prejudicam o desenvolvimento do sector não petrolífero, reduzem o seu potencial de exportação e deprimem o investimento e a produtividade. Os principais pressupostos são os seguintes:

- **Declínio permanente de 2% do PIB no valor de referência do investimento directo estrangeiro no sector não petrolífero** em 2008–27 e nenhum ajustamento dos planos de gastos do governo em 2008–12 até que se reconheça que o choque é permanente;
- **Declínio das receitas de exportações (bens e serviços) do sector não petrolífero;**

- **Redução das importações** a um nível mais baixo do que o de referência, em resultado da queda do crescimento e do investimento.

13. **O efeito líquido é um insustentável défice da conta corrente externa, que chegaria a 13% do PIB em 2027.** As necessidades de financiamento são inicialmente atendidas através de uma combinação de novos empréstimos e a perda de parte das reservas (a cobertura das importações pelas reservas cai de cerca de 4,25 meses em 2006 para um mínimo de 2 meses em 2015–27), ao que se segue um aumento ainda maior do endividamento em relação aos valores de referência. Nesse cenário, todos os indicadores da dívida rompem os seus limiares por volta de 2019 (Figura 3).

***Cenário alternativo B: diminuição da receita da exportação de petróleo***

14. **Este cenário examina mais a fundo a vulnerabilidade externa de Angola a um choque nas exportações ao pressupor um declínio permanente da taxa de crescimento das exportações petrolíferas.** Os principais pressupostos são os seguintes:

- Um **declínio permanente de 10% no valor de referência em dólares americanos das exportações de petróleo** em 2008–27 e nenhum ajustamento nos planos de gastos do governo em 2008–10 até que se reconheça que o choque é permanente.<sup>4</sup> O declínio no valor das exportações petrolíferas poderia reflectir tanto uma queda nos preços do petróleo como uma redução da produção (e, por conseguinte, das exportações) após a descoberta de um menor número de novas reservas de petróleo do que o pressuposto no cenário de referência.
- Supõe-se que a queda das receitas das exportações de petróleo resultem numa **redução das remessas de *profit oil* e do investimento directo estrangeiro no sector petrolífero**, o que **diminui o valor de referência das importações do sector**.

15. **O impacto sobre a balança de pagamentos nesse cenário é menor do que no cenário alternativo de reformas estruturais incompletas.** O efeito líquido desse cenário, é o alargamento do défice da conta corrente (de uma média de 1,75% do PIB no período da projecção). O défice chega ao seu máximo em 2021 e cai para 8,5% do PIB até 2027, ou 4,5 pontos percentuais abaixo do saldo no cenário alternativo de reformas incompletas. Tendo como pano de fundo o aumento dos défices das contas de capital e financeira, o resultado é a elevação do endividamento externo comparativamente ao cenário de referência. As necessidades de financiamento são inicialmente atendidas através da manutenção de um volume menor de reservas (a cobertura das importações pelas reservas cai

---

<sup>4</sup> O suposto declínio de 10% é menor do que o desvio-padrão baseado nos dados históricos. Contudo, esse desvio é fortemente influenciado pela recente alta dos preços do petróleo, o que talvez não constitua um marco de referência realista para avaliar a vulnerabilidade futura em função das exportações de petróleo.

de cerca de 4,25 meses em 2006 para um mínimo de 2 meses em 2012–27) e, em seguida, através da assunção de novas dívidas. Os vários indicadores da dívida excedem os respectivos limiares indicativos por volta de 2015 (Figura 3) e, em seguida, mantêm-se sensivelmente acima dos limiares, embora a níveis mais baixos do que no cenário alternativo de reformas incompletas. O resultado deste cenário confirma a vulnerabilidade da economia angolana a choques no principal item da sua pauta de exportações e ressalta a importância de desenvolver o sector não petrolífero para diversificar a economia.



Tabela 2. Angola: Análises da Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2007–2027

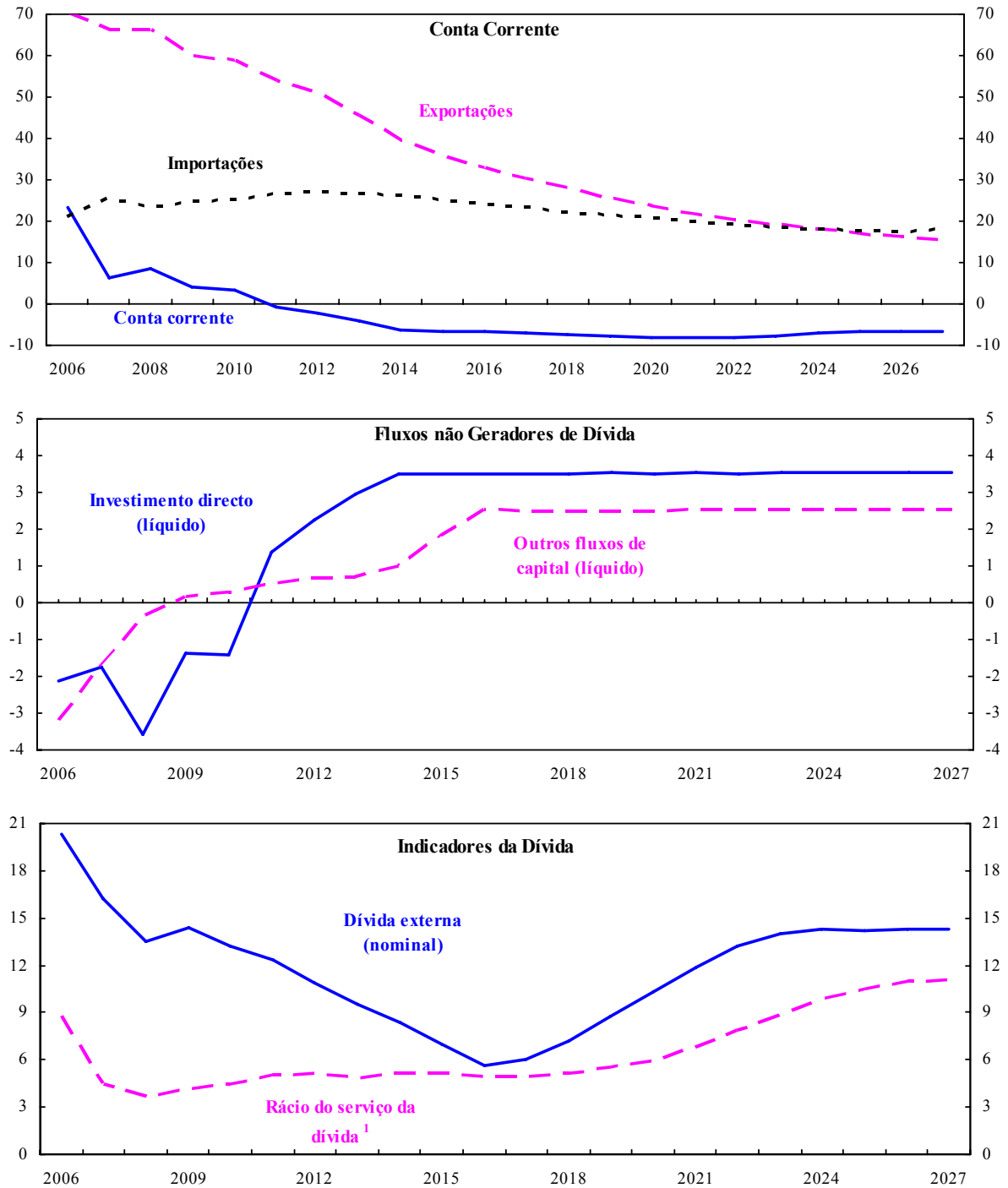
(Em percentagens)

	Projeções							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2017	2027
<b>Rácio VAL da dívida/PIB</b>								
<b>Referência</b>	21,4	17,2	17,9	16,5	15,7	14,2	8,4	16,1
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis a suas médias históricas em 2008–2027 <sup>1</sup>	21,4	18,6	13,7	7,5	0,1	-6,9	-31,1	-23,7
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2008–2027 <sup>2</sup>	21,4	17,6	20,8	18,2	17,0	2,6	1,1	0,0
A3. Reformas estruturais incompletas	21,4	18,1	19,8	19,4	19,8	19,3	22,1	61,9
A4. Declínio de 10% nas exportações	21,4	18,1	19,7	19,2	19,1	20,1	40,2	55,7
<b>B. Testes limite</b>								
B1. Crescimento real do PIB à média histórica menos um desvio-padrão em 2008–09	21,4	21,1	22,1	20,4	19,4	17,5	10,3	19,9
B2. Crescimento do valor das export. à média hist. menos um desvio-padrão em 2008–09 <sup>3</sup>	21,4	41,4	41,6	39,2	37,6	34,5	18,6	17,2
B3. Deflator do PIB em US\$ à média histórica menos um desvio-padrão em 2008–09	21,4	21,4	25,1	23,3	22,1	19,9	11,8	22,6
B4. Fluxos liq. não geradores de dívida à média hist. menos um desvio-padrão em 2008–09 <sup>4</sup>	21,4	23,5	33,2	31,1	30,5	28,0	15,5	16,9
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	21,4	43,1	42,6	40,0	38,2	35,0	19,2	21,9
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao valor referencial em 2008 <sup>5</sup>	21,4	23,4	24,3	22,5	21,4	19,3	11,4	21,9
<b>Rácio VAL da dívida/exportações</b>								
<b>Referência</b>	31,9	25,7	29,4	27,7	28,6	27,1	26,1	77,9
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis a suas médias históricas em 2008–2027 <sup>1</sup>	31,9	27,7	22,6	12,6	0,1	-13,1	-96,9	-114,6
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2008–2027 <sup>2</sup>	31,9	26,3	34,2	30,4	30,9	4,9	3,5	0,1
A3. Reformas estruturais incompletas	31,9	27,0	32,5	32,4	36,0	37,1	70,3	383,9
A4. Declínio de 10% nas exportações	31,9	29,8	35,7	35,5	38,2	42,4	136,2	281,6
<b>B. Testes limite</b>								
B1. Crescimento real do PIB à média histórica menos um desvio-padrão em 2008–09	31,9	25,7	29,4	27,7	28,6	27,1	26,1	77,9
B2. Crescimento do valor das export. à média hist. menos um desvio-padrão em 2008–09 <sup>3</sup>	31,9	94,2	108,8	104,1	108,5	104,8	91,9	132,6
B3. Deflator do PIB em US\$ à média histórica menos um desvio-padrão em 2008–09	31,9	25,7	29,4	27,7	28,6	27,1	26,1	77,9
B4. Fluxos liq. não geradores de dívida à média hist. menos um desvio-padrão em 2008–09 <sup>4</sup>	31,9	35,1	54,6	52,1	55,4	53,5	48,4	81,6
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	31,9	63,1	61,3	58,4	60,8	58,4	52,2	92,5
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao valor referencial em 2008 <sup>5</sup>	31,9	25,7	29,4	27,7	28,6	27,1	26,1	77,9
<b>Rácio do serviço da dívida</b>								
<b>Referência</b>	4,4	3,6	4,2	4,4	5,1	5,2	4,9	11,0
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis a suas médias históricas em 2008–2027 <sup>1</sup>	4,4	4,2	4,3	3,4	2,8	1,7	-7,6	-16,8
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2008–2027 <sup>2</sup>	4,4	3,6	3,7	4,0	4,6	4,7	4,0	13,2
A3. Reformas estruturais incompletas	4,4	3,6	4,3	4,7	5,6	6,0	8,8	46,1
A4. Declínio de 10% nas exportações	4,4	4,0	4,7	5,1	6,1	6,5	16,2	40,9
<b>B. Testes limite</b>								
B1. Crescimento real do PIB à média histórica menos um desvio-padrão em 2008–09	4,4	3,6	4,4	4,2	4,8	5,0	4,9	10,8
B2. Crescimento do valor das export. à média hist. menos um desvio-padrão em 2008–09 <sup>3</sup>	4,4	5,5	10,8	10,3	16,8	17,4	18,9	19,6
B3. Deflator do PIB em US\$ à média histórica menos um desvio-padrão em 2008–09	4,4	3,6	4,4	4,2	4,8	5,0	4,9	10,8
B4. Fluxos liq. não geradores de dívida à média hist. menos um desvio-padrão em 2008–09 <sup>4</sup>	4,4	3,6	5,0	5,7	7,3	8,9	9,5	11,9
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	4,4	4,7	6,8	6,4	9,6	10,0	10,5	13,4
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao valor referencial em 2008 <sup>5</sup>	4,4	3,6	4,4	4,2	4,8	5,0	4,9	10,8
<i>Por memória:</i>								
Elemento de doação presumido do financ. residual (ou seja, o financ. exigido acima do valor de refer.) <sup>6</sup>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Projeções e simulações do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> As variáveis são o crescimento real do PIB, o crescimento do deflator do PIB (em US\$), transacções correntes excluindo juros em percentagens do PIB e fluxos não geradores de dívida.<sup>2</sup> Pressupõe-se que a taxa de juros sobre novos empréstimos seja dois pontos percentuais superior à do cenário de referência, mas que os períodos de carência e prazos de vencimento sejam os mesmos do cenário de referência.<sup>3</sup> Pressupõe-se que os valores das exportações se mantenham permanentemente no nível mais baixo, mas que as transacções correntes como parcela do PIB retornem a seu nível de referência após o choque (supondo implicitamente um ajuste compensatório no nível das importações).<sup>4</sup> Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.<sup>5</sup> Define-se a depreciação como o declínio percentual da taxa de câmbio (dólar/moeda nacional), de modo que ela nunca ultrapassa 100%.<sup>6</sup> Aplica-se a todos os cenários de stress, excepto A2 (financiamento menos favorável), no qual as condições de todos os novos empréstimos são as mesmas especificadas na nota 2.

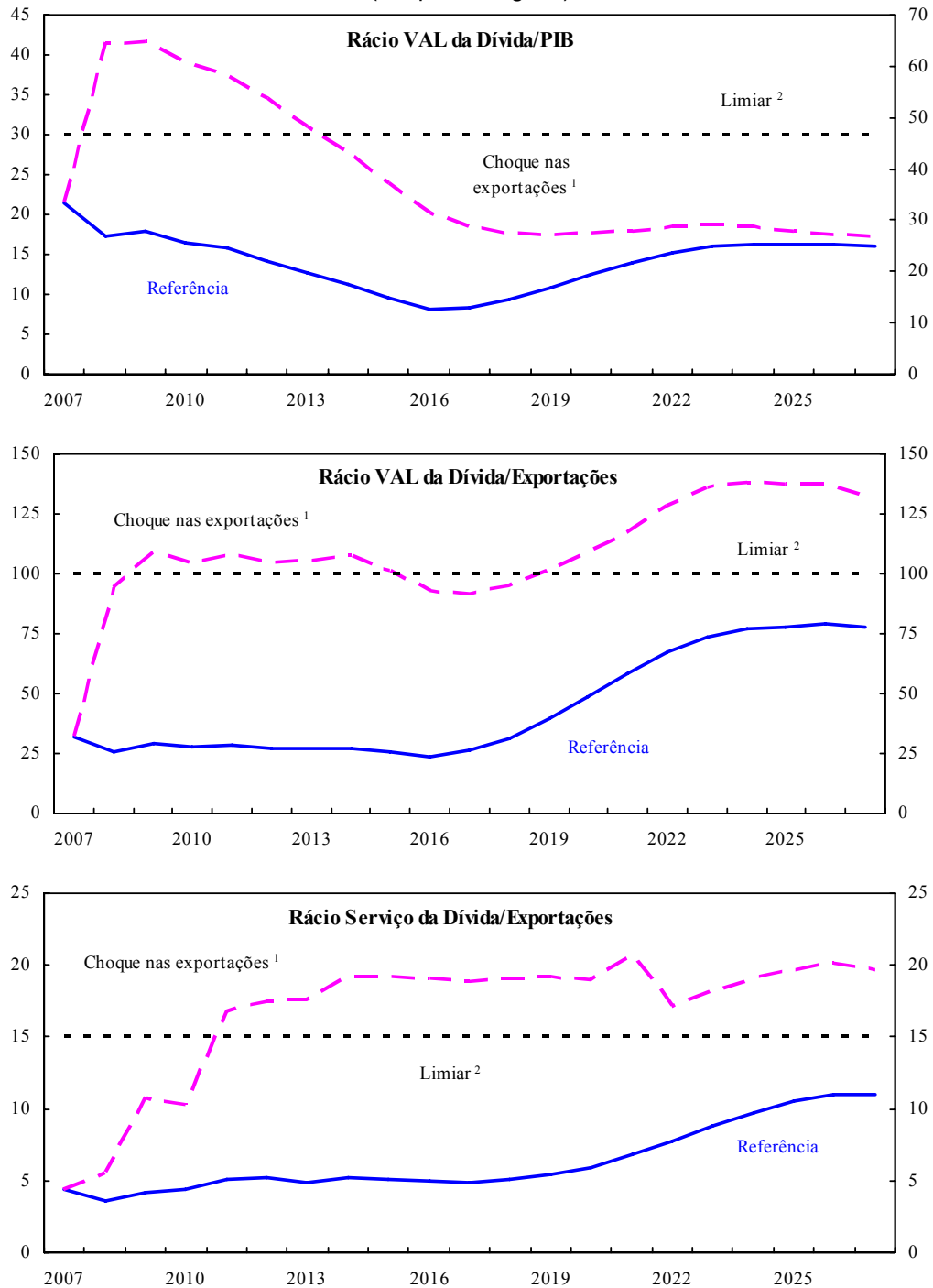
Figura 1. Angola: Balança de Pagamentos e Dívida Externa, 2006–2027  
(Em percentagens do PIB; cenário de referência)



Fonte: Projecções e simulações do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Em percentagens das exportações de bens e serviços.

Figura 2. Angola: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública  
 Cenário de Referência e Choque Padronizado nas Exportações, 2007–2027  
 (Em percentagens)



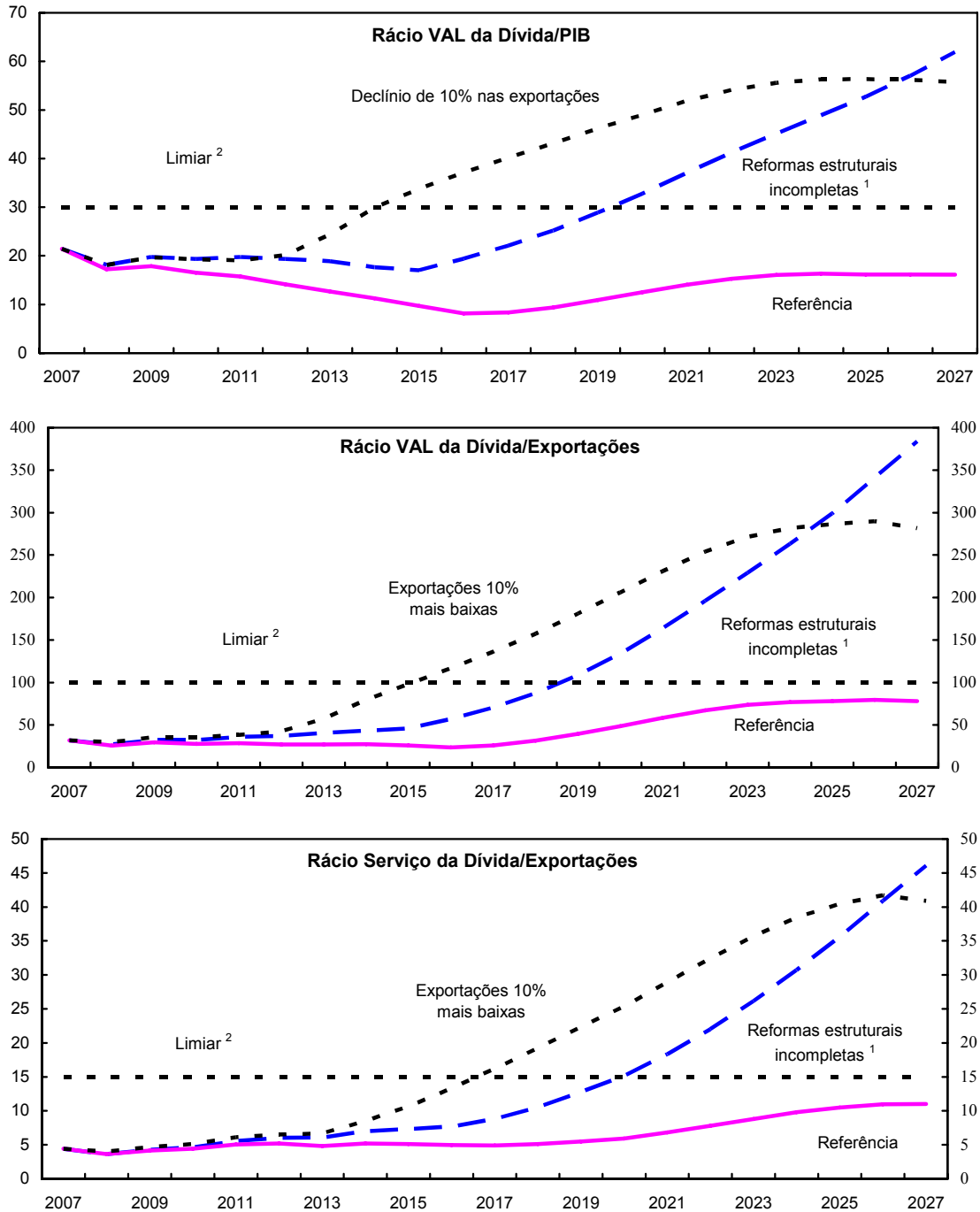
Fonte: Projecções e simulações do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Crescimento do valor das exportações à média histórica menos um desvio-padrão em 2008–09.

<sup>2</sup> Limiares dependentes de políticas para um país de baixo desempenho na avaliação das políticas e instituições nacionais (CPIA).



Figura 3. Angola: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública  
Cenários Alternativos, 2007–2027  
(Em percentagens)



Fonte: Projecções e simulações do corpo técnico do FMI.

1/ Declínio permanente de 2% no valor de referência do investimento directo estrangeiro no sector não petrolífero em 2008–27, acompanhado de um declínio dos valores de referência das taxas de crescimento das exportações de bens e serviços pelo sector.

2/ Limiares dependentes de políticas para um país de baixo desempenho na avaliação das políticas e instituições nacionais (CPIA).

## D. Análise da Sustentabilidade da Dívida Pública

### *Cenário de referência*

16. **O cenário de referência projecta que a dívida (externa e interna) da administração pública central** subirá de cerca de 18% do PIB em 2007 para em torno de 20% em 2027; é de notar que 70% corresponde a fontes externas (Tabela 3). O rácio valor actualizado líquido (VAL) da dívida/PIB deve primeiro diminuir, de cerca de 25% em 2007 para menos de 10% em 2017 e, em seguida, aumentar gradualmente até 22%. Projecta-se também um enfraquecimento da posição fiscal, com a expectativa de um défice desde 2020 (o défice alargar-se-ia para 4% do PIB até 2027). Os défices serão financiados através da emissão de títulos da dívida interna, em linha com o objectivo de médio prazo declarado pelas autoridades, e empréstimos do estrangeiro. Embora o saldo e o serviço da dívida devam subir no médio a longo prazo (em relação ao PIB), ficariam dentro de limites razoáveis. Os testes de choques e limites padronizados (Tabela 4) sugerem que a economia é altamente vulnerável a choques negativos no crescimento real, no saldo fiscal e na taxa de câmbio.

### *Cenário alternativos*

17. Dois cenários alternativos foram desenvolvidos para ilustrar o impacto i) da redução do crescimento do produto real (especialmente no sector não petrolífero) causado pelo efeito do ajustamento incompleto do défice fiscal primário não petrolífero sobre o sector público e ii) da queda da receita fiscal ou de um ajustamento fiscal incompleto. Os cenários de redução do crescimento e da receita são semelhantes aos cenários alternativos discutidos na análise da sustentabilidade da dívida externa.

### *Cenário alternativo A: ajustamento fiscal incompleto*

18. **Um ajustamento fiscal incompleto causaria uma subida rápida do saldo e do serviço da dívida** porque as receitas ficam abaixo do esperado ou porque o défice primário não petrolífero recua mais lentamente em virtude da escalada dos gastos em infra-estruturas e no sector social. As receitas abaixo das expectativas reflectem principalmente a aceleração do declínio das exportações petrolíferas relativamente ao cenário de referência. Pressupõe-se que ambas as alternativas são permanentes e, na ausência de outras mudanças na política, enfraquecem a posição fiscal e acarretam uma elevação do endividamento público. O rácio VAL da dívida/PIB aumenta de 22% no cenário de referência para cerca de 112% em 2027, em consequência do crescimento anual (de 10 pontos percentuais) do défice primário não petrolífero em relação ao PIB não petrolífero no período 2008–27. O rácio VAL da dívida/receita quadruplica até 2027, e o rácio serviço da dívida/receita sobe para cerca de 100% no mesmo período. Os efeitos de uma redução permanente de 10% nas exportações de petróleo (em termos de dólares americanos) são semelhantes porém menos pronunciados que o efeito de um alargamento de 10% do défice primário não petrolífero, sobretudo porque têm um impacto menor sobre o défice primário.

### ***Cenário alternativo B: redução do crescimento do produto real***

19. **Um choque negativo no produto realça a importância de estimular a produtividade e investimento do sector não petrolífero (Figura 4).** A desaceleração do crescimento real (na simulação, supõe-se uma redução do crescimento do PIB real de 2% a cada ano no período 2008–27) diminui o espaço fiscal e, na ausência de uma redução correspondente nos gastos fiscais, aumenta o rácio VAL da dívida/PIB de 22% no cenário de referência para 335% em 2027. Os rácios VAL da dívida/receita e serviço da dívida/receita também subirão rapidamente no médio a longo prazo. Esse cenário sublinha a importância de o governo estar pronto a cortar gastos públicos mais rapidamente do que o previsto no cenário de referência caso 1) a produção de petróleo sofra uma redução mais acelerada do que o previsto e 2) o crescimento do sector não petrolífero fique aquém dos níveis previstos como referência. Talvez seja difícil aumentar a arrecadação de impostos do sector não petrolífero se a expansão deste for mais lenta em virtude do declínio dos rendimentos reais e da produtividade.

### **E. Conclusões**

20. **Uma análise das dívidas pública e externa de Angola sugere que o país apresenta um risco moderado de sobreendividamento.** O total da dívida pública no cenário de referência subiria de 18% do PIB em 2007 para 22% em 2027, porém manter-se-ia moderado devido, em parte, aos baixos níveis iniciais de endividamento. Por outro lado, projecta-se que a dívida pública externa se estabilize num patamar bem abaixo dos limiares-padrão no longo prazo, após um declínio inicial causado por resultados externos favoráveis. Contudo, a posição da dívida externa angolana é altamente vulnerável a variações no valor das suas exportações de petróleo.

21. **A análise da sustentabilidade da dívida ressalta a necessidade de reduzir a vulnerabilidade em função do sector petrolífero e desenvolver o sector não petrolífero.** Se a política macroeconómica não for modificada, uma queda mais acentuada da produção e exportação de petróleo ou uma desaceleração mais pronunciada do crescimento do sector não petrolífero em relação ao cenário de referência produziria rácios da dívida e do serviço da dívida insustentáveis no longo prazo. Portanto, o pagamento da dívida pública existente, que, nesta altura, advém principalmente de fontes externas, daria ao governo mais opções para decidir a orientação da política quando surgirem pressões sobre as finanças públicas e a conta corrente externa no futuro.

**Tabela 3. Angola: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Sector Público, Cenário de Referência, 2004–27**  
(Em percentagens do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo					Desvio- padrão <sup>5</sup>	Média histórica <sup>5</sup>	Estimativa										Média 2013–27
	Projeções																	
	2004	2005	2006	2007	2008			2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
<b>Dívida do sector público<sup>1</sup></b>	60,0	40,7	24,2	130,6	91,0	18,2	15,5	16,9	15,4	14,4	12,8	15,5	6,4	20,4	12,5			
<i>Da qual: expressa em moeda estrangeira</i>	55,9	36,9	20,3	129,1	92,4	15,1	13,1	14,6	13,4	12,5	11,0	13,3	6,0	14,3	10,6			
Variação da dívida do sector público	-20,2	-19,3	-16,6	-18,6	72,6	-6,0	-2,7	1,4	-1,5	-1,0	-1,6	-1,9	0,1	1,2	0,5			
Fluxos geradores de dívida identificados	-39,8	28,3	-23,0	-380,8	621,8	-6,6	-7,2	-2,5	-5,7	-4,4	-4,8	-5,2	0,7	4,5	1,9			
Défice primário	-0,4	-8,1	-16,3	2,5	11,1	-2,2	-5,0	-3,3	-4,6	-4,6	-4,8	-4,1	0,6	4,2	1,7			
Receita e doações	36,6	39,6	46,4	42,1	6,2	34,5	35,4	33,0	32,2	30,3	29,9	32,6	23,0	14,2	20,5			
<i>Dos quais: doações</i>	0,5	0,2	0,0	1,3	1,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1			
Despesas primárias (excl. juros)	36,2	31,5	30,1	44,6	13,4	32,3	30,4	29,7	27,7	25,7	25,1	28,5	23,7	18,5	22,2			
Dinâmica automática da dívida	-32,9	-24,7	-6,7	-388,4	623,6	-4,4	-2,2	0,9	-1,1	0,2	0,0	-1,1	0,1	0,3	0,2			
Contribuição do diferencial taxa de juro/crescimento	-15,5	-12,3	-3,1	-387,1	617,3	-2,6	-1,3	0,5	-1,4	0,2	-0,2	-0,8	0,2	0,3	0,3			
<i>Da qual: contribuição da taxa de juro real média</i>	0,2	0,1	0,4	0,5	17,2	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,9	0,5	1,2	0,8			
<i>Da qual: contribuição do crescimento real do PIB</i>	-15,7	-12,4	-3,5	-85,4	79,2	-3,6	-2,2	-0,3	-2,2	-0,6	-0,9	-1,7	-0,3	-0,9	-0,5			
Contribuição da depreciação da taxa de câmbio real	-17,5	-12,4	-3,6	-1,3	32,8	-1,8	-0,9	0,3	0,3	0,0	0,1	-0,3	0,0	0,0	-0,2			
Outros fluxos geradores de dívida identificados	-6,5	61,0	0,0	5,1	19,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Receitas de privatização (negativo)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Reconhecimento de passivos implícitos ou contingentes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Alívio da dívida (HIPC e outros)	-6,5	-0,6	0,0	-1,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Outros (específicos, por ex. recapitalização de bancos)	0,0	61,7	0,0	6,2	19,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Resíduo, incl. variação de activos	19,6	-47,6	6,4	382,2	604,8	0,6	4,5	3,9	4,2	3,4	3,1	3,3	-0,6	-3,3	-1,4			
<b>VAL da dívida do sector público</b>	4,1	42,6	32,2	8,2	15,7	24,5	19,7	20,1	18,5	17,6	15,9	19,4	8,7	22,2	14,8			
<i>Da qual: expressa em moeda estrangeira</i>	0,0	38,8	28,3	6,7	14,4	21,4	17,2	17,9	16,5	15,7	14,2	17,2	8,4	16,1	12,9			
<i>Da qual: externa</i>	...	38,8	28,3	33,6	7,4	21,4	17,2	17,9	16,5	15,7	14,2	17,2	8,4	16,1	12,9			
VAL dos passivos contingentes (não incluídos na dívida do sector público)	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...			
Necessidade bruta de financiamento <sup>2</sup>	13,1	0,8	-9,3	33,4	28,6	0,8	-2,4	-0,6	-1,7	-1,7	-1,9	-1,2	2,2	6,9	3,7			
Rácio VAL da dívida do sector público/receita e doações (percentagem)	11,1	107,6	69,3	19,6	37,6	71,1	55,6	60,9	57,5	58,1	53,3	59,4	38,0	156,1	78,5			
Rácio VAL da dívida do sector público/receita (percentagem)	11,3	108,3	69,3	19,6	37,8	71,4	55,7	61,1	57,6	58,3	53,5	59,6	38,1	156,5	78,8			
<i>Da qual: dívida externa<sup>3</sup></i>	...	98,6	61,0	...	...	62,3	48,8	54,1	51,5	52,1	47,6	52,7	36,4	113,3	67,7			
Rácio serviço da dívida/receita e doações (percentagem) <sup>4</sup>	32,8	20,5	14,4	71,9	46,6	8,7	7,2	8,3	8,8	9,8	9,7	8,7	7,0	18,9	10,4			
Rácio serviço da dívida/receita (percentagem) <sup>4</sup>	33,2	20,6	14,4	75,4	51,0	8,7	7,2	8,4	8,8	9,8	9,7	8,8	7,0	19,0	...			
Défice primário estabilizador do rácio dívida/PIB	19,9	11,2	0,3	10,4	9,8	3,8	-2,3	-4,7	-3,1	-3,6	-3,1	-2,2	0,5	3,0	1,2			
<b>Principais pressupostos macroeconómicos e fiscais</b>																		
Crescimento real do PIB (percentagem)	11,2	20,6	18,6	9,9	6,7	23,4	26,6	4,0	11,7	1,6	4,3	11,9	5,0	5,1	4,4			
Taxa de juro nominal média sobre a dívida em ME (percentagem)	4,2	4,9	4,5	12,7	13,9	6,1	7,4	8,0	7,9	7,9	8,0	7,5	9,0	7,1	7,9			
Taxa de juro real média sobre a dívida em MN (percentagem)	-26,7	-21,2	-3,9	-17,3	11,9	7,9	5,6	5,4	4,9	3,5	4,5	5,3	5,2	8,4	7,1			
Depreciação real da taxa de câmbio (percentagem; + indica depreciação)	-27,7	-27,4	-10,4	-6,6	41,4	-10,0	...	...	...	...	...	...	...	...	...			
Taxa de inflação (deflador do PIB, percentagem)	53,8	34,0	14,0	162,3	179,6	0,1	2,2	2,5	2,9	4,3	3,4	2,6	1,5	1,1	1,9			
Cresc. dos gastos primários reais (deflacionado pelo deflador do PIB, %)	-12,2	5,0	13,9	17,1	53,6	32,8	18,7	1,1	4,1	-6,6	2,0	8,7	13,5	5,1	6,5			
Elemento de doação do novo endividamento externo (percentagem)	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6			

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do Fundo.

<sup>1</sup> O sector público abrange o governo geral.

<sup>2</sup> A necessidade bruta de financiamento é definida como o défice primário mais o serviço da dívida mais o saldo da dívida de curto prazo no período anterior.

<sup>3</sup> A receita abrange as doações.

<sup>4</sup> O serviço da dívida é definido como a soma dos juros e amortizações da dívida de médio e longo prazo.

<sup>5</sup> Médias históricas e desvios-padrão são, em geral, obtidos com base nos 10 anos anteriores e estão sujeitos a disponibilidade de dados.

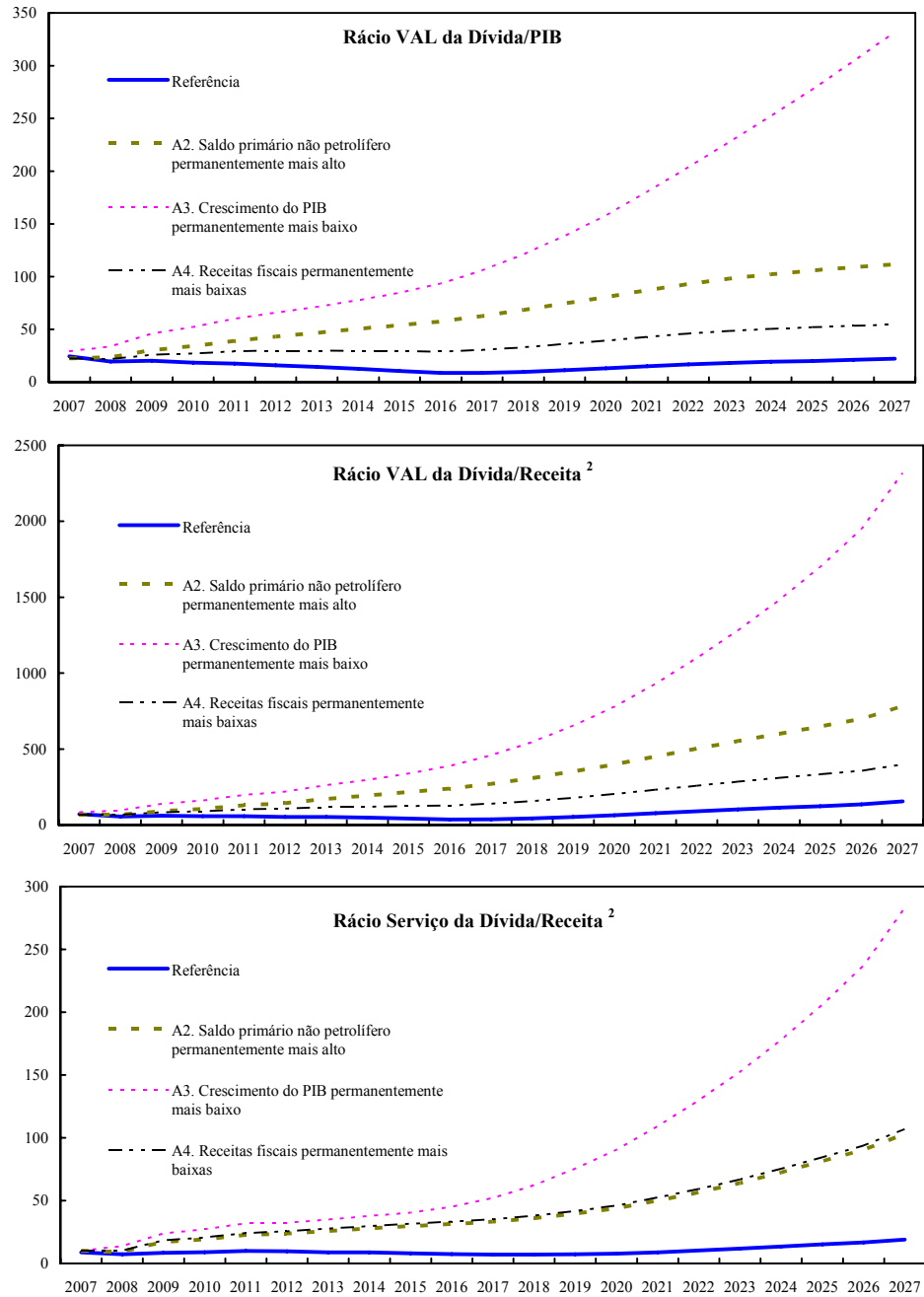
Tabela 4. Angola: Análise da Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública , 2007–27

	Projeções								
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2017	2027
<b>Rácio VAL da Dívida/PIB</b>									
<b>Referência</b>		25	20	20	19	18	16	9	22
<b>A. Cenários alternativos</b>									
A1. Crescimento real do PIB e saldo primário às médias históricas		22	13	9	6	5	4	4	4
A2. Saldo primário não petrolífero permanentemente mais alto		22	24	30	34	39	43	63	112
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo <sup>1</sup>		29	34	46	52	60	66	106	332
A4. Receita fiscal permanentemente mais baixa		22	22	26	27	29	30	31	55
<b>B. Testes limite</b>									
B1. Crescimento real do PIB à média histórica menos um desvio-padrão em 2008–09		25	81	242	307	377	435	682	1263
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2008–09		29	42	60	62	66	68	79	180
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio-padrão		29	30	30	32	34	35	50	165
B4. Depreciação nominal e pontual de 30% em 2008		29	42	52	55	60	62	74	180
B5. Aumento de 10% do PIB em outros fluxos geradores de dívida em 2008		25	31	32	31	31	29	21	26
<b>Rácio VAL da Dívida/Receita <sup>2</sup></b>									
<b>Referência</b>		71	56	61	57	58	53	38	156
<b>A. Cenários alternativos</b>									
A1. Crescimento real do PIB e saldo primário às médias históricas		65	37	26	20	17	15	17	28
A2. Saldo primário não petrolífero permanentemente mais alto		65	67	92	106	129	144	272	782
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo <sup>1</sup>		84	96	139	162	198	220	459	2318
A4. Receita fiscal permanentemente mais baixa		65	66	84	91	103	107	140	397
<b>B. Testes limite</b>									
B1. Crescimento real do PIB à média histórica menos um desvio-padrão em 2008–09		71	228	729	944	1233	1442	2933	8754
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2008–09		84	120	181	192	218	226	342	1257
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio-padrão		84	83	90	99	112	116	216	1160
B4. Depreciação nominal e pontual de 30% em 2008		84	118	157	171	197	206	321	1259
B5. Aumento de 10% do PIB em outros fluxos geradores de dívida em 2008		72	87	98	96	101	98	92	185
<b>Rácio Serviço da Dívida/Receita <sup>2</sup></b>									
<b>Referência</b>		9	7	8	9	10	10	7	19
<b>A. Cenários alternativos</b>									
A1. Crescimento real do PIB e saldo primário às médias históricas		10	4	4	3	2	2	2	3
A2. Saldo primário não petrolífero permanentemente mais alto		10	9	17	19	23	24	33	103
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo <sup>1</sup>		10	14	24	27	32	32	52	283
A4. Receita fiscal permanentemente mais baixa		10	10	18	20	24	25	35	107
<b>B. Testes limite</b>									
B1. Crescimento real do PIB à média histórica menos um desvio-padrão em 2008–09		9	16	112	157	196	203	294	1087
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2008–09		10	13	33	36	33	30	36	160
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio-padrão		10	10	15	19	18	16	23	137
B4. Depreciação nominal e pontual de 30% em 2008		10	14	24	27	30	29	35	160
B5. Aumento de 10% do PIB em outros fluxos geradores de dívida em 2008		10	9	22	16	16	15	13	33

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Pressupõe o crescimento real do PIB na faixa de referência menos um desvio-padrão dividido pela raiz quadrada de 20 (ou seja, a duração do período projectado).

<sup>2</sup> A definição da receita abrange as doações.

Figura 4. Angola: Indicadores da Dívida Pública nos Cenários Alternativos, 2007–27<sup>1</sup>

Fonte: Projecções e simulações do corpo técnico.

<sup>1</sup> No cenário A3, crescimento real dois pontos percentuais inferior ao do cenário de referência no período 2008–27.

No cenário A4, o saldo primário reflecte uma redução do défice primário não petrolífero de 10% do PIB não petrolífero no período 2008–27 relativamente ao cenário de referência a cada ano.

No cenário B6, a queda das receitas fiscais reflecte uma redução anual de 10% nas exportações de petróleo (em dólares americanos) no período 2008–27.

<sup>2</sup> As receitas abrangem as doações.

## **Pronunciamento do Representante do Corpo Técnico do FMI sobre Angola 27 de Agosto de 2007**

As informações a seguir tornaram-se disponíveis após a emissão do relatório do corpo técnico sobre as consultas realizadas com Angola em 2007 nos termos do Artigo IV. As novas informações não alteram o teor da avaliação do corpo técnico.

1. **O crescimento da produção de petróleo em 2007 não ocorreu no ritmo inicialmente esperado pelas autoridades.** Como reflexo disso, o governo reviu em baixa os números da produção petrolífera em 2007, de 736,7 milhões de barris para 626,6 milhões na sua avaliação intercalar do orçamento de 2007. Essa revisão é compatível com as projecções do corpo técnico constantes do supracitado relatório. As autoridades explicaram que essa nova cifra reflecte dificuldades técnicas no transporte de equipamentos até às plataformas de produção. A projecção do produto do sector não petrolífero não foi alterada. Assim, as autoridades estimam um crescimento do PIB real de 19,8% em 2007, face aos 31,2% no orçamento original.
2. **O orçamento revisto de 2007 realça também a importância de estruturar as políticas fiscais num contexto de médio prazo.** Após a revisão em baixa da estimativa de produção de petróleo em 2007, o governo também baixou a sua meta de receita para o ano, de 37,4% do PIB para 35,5%. Contudo, os gastos foram aumentados de 40,7% do PIB para 44,2% no novo orçamento, o que abrange um aumento de quatro pontos percentuais no orçamento de capital relativamente à projecção original. Se as autoridades implementarem cabalmente essa revisão orçamental, o que é improvável na opinião dos técnicos do FMI em virtude dos persistentes constrangimentos à implementação, o défice primário não petrolífero deverá subir para 75,4% do PIB não petrolífero (10 pontos percentuais acima do previsto no orçamento original). O preço do barril de petróleo também foi elevado de US\$ 45 para US\$ 52 na nova versão do orçamento.
3. **A inflação homóloga permaneceu em torno de 12% em Julho,** sem alteração relativamente ao fim de 2006. O governo conservou a meta de inflação para o fim do ano nos 10%, como no orçamento original. A taxa de câmbio manteve-se estável após a reavaliação de Maio de 2007, quando passou de Kz 80 para Kz 75 frente ao dólar.
4. **O Banco Nacional de Angola (BNA) restringiu a taxa de expansão dos meios de pagamento a cerca de 10%** durante os doze meses até Julho de 2007, através de intervenções no mercado de câmbio e nos mercados monetários internos (a venda de títulos do BNA cresceu em torno de 70% da base monetária do início do ano). Os meios de pagamento cresceram a uma taxa anualizada de 50% em Junho



INTERNATIONAL MONETARY FUND

*Public Information Notice*

EXTERNAL  
RELATIONS  
DEPARTMENT

Nota de Informação ao Público (PIN) nº xx/xx (P)  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

Fundo Monetário Internacional  
700 19<sup>th</sup> Street, NW  
Washington, DC 20431 EUA

**Conselho de Administração do FMI Conclui as Consultas do  
Artigo IV de 2007 com Angola**

Em 27 de Agosto de 2007, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu as consultas do Artigo IV com Angola.<sup>1</sup>

**Antecedentes**

O desempenho macroeconómico recente de Angola foi positivo. Verificou-se um crescimento robusto do produto desde 2001, tanto nos sectores petrolífero como não petrolífero (diamantes, indústria transformadora, construção, processamento e serviços). As altas taxas de inflação sofreram uma queda considerável. Contudo, a pobreza ainda é generalizada, com índices de mortalidade materno-infantil, alfabetismo, saneamento e acesso a água potável para a maioria da população piores do que os de outros países africanos de rendimento per capita semelhante.

O crescimento do PIB real em 2006 chegou a 18,6%, assente numa taxa de expansão de dois dígitos dos sectores petrolífero e não petrolífero. A produção de petróleo subiu 13%, principalmente nos novos campos em águas profundas, ao passo que a de diamantes aumentou na esteira da crescente produção das minas de kimberlito. A indústria transformadora beneficiou largamente da melhoria da conjuntura económica e a

---

<sup>1</sup> Nos termos do Artigo IV do Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os países membros, normalmente uma vez por ano. Uma equipa de técnicos visita o país, recolhe informações económicas e financeiras e discute a evolução da economia e as políticas económicas com as autoridades do país. Ao retornar à sede do FMI, os técnicos elaboram um relatório que serve de base para as deliberações do Conselho de Administração. Concluídas as deliberações, o Director-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e esse resumo é encaminhado às autoridades nacionais.



construção, das obras em curso para reabilitar as infra-estruturas do país. As condições climáticas favoráveis, a oportuna disponibilidade de factores de produção e o aumento da área cultivada contribuíram para a produção agrícola, apesar da seca em algumas províncias do centro e do sul do país.

A inflação caiu de 19% para 12% em 2006. A taxa de câmbio nominal não variou ao longo do ano, mas a taxa de câmbio real valorizou-se em cerca de 6%. Os juros, corrigidos pela inflação, foram negativos. A expansão dos agregados monetários manteve seu vigor em 2006, salvo a base monetária, que se manteve inalterada em função das intervenções do Banco Nacional de Angola (BNA) no mercado para enxugar a liquidez.

O saldo fiscal transformou-se num excedente, mas, em média, Angola poupou uma quota-parte menor das receitas extraordinárias do petróleo se comparada a outros produtores de petróleo no continente. O défice fiscal primário não petrolífero continua elevado em comparação com o de outros produtores de petróleo subsarianos. Em média, Angola poupou uma quota-parte menor das receitas extraordinárias do petróleo se comparada a outros produtores de petróleo no continente. O excedente fiscal em 2006 chegou a 15% do PIB, face à previsão orçamental de um défice de 6% do PIB. Isso foi resultado directo da fraca capacidade do governo para executar por completo o orçamento de capital. Se forem excluídas as receitas petrolíferas, o país registou um franco declínio do défice primário não petrolífero.

O excedente da conta corrente externa subiu para 23% PIB em 2006 e as reservas oficiais dobraram, atingindo US\$ 8,5 mil milhões no ano, o equivalente a cerca de 4 meses de importações de bens e serviços. Isso se deve, em parte, ao forte aumento dos volumes das exportações de petróleo e diamantes, os dois principais produtos da pauta angolana. As receitas das exportações também foram impulsionadas pelo aumento dos preços de exportação do petróleo bruto. No fim de 2006 e início de 2007, Angola saldou a maior parte do capital e juros em atraso (US\$ 2,3 mil milhões) da sua dívida para com credores do Clube de Paris. O país tenciona quitar os pagamentos em atraso restantes (US\$ 49 milhões) e já começou a fazer os pagamentos referentes à dívida vincenda. Ainda está pendente a questão dos juros de mora, e Angola está a buscar tratamento favorável por parte do Clube de Paris. O rácio dívida externa/PIB recuou de 40% em 2005 para cerca de 20% em 2006.

Os avanços em termos de reformas estruturais foram modestos. A iniciativa mais bem sucedida na área de gestão das finanças públicas (GFP) e transparência fiscal continua a ser o Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), que abrange todas as províncias e será alargado em 2007, com a inclusão de algumas entidades autónomas e novos módulos. O SIGFE tem contribuído para reforçar a execução e prestação de contas do Orçamento e melhorar a partilha de informações sobre questões de GFP. No sector privado, porém, uma comparação com outras economias da região coloca em evidência aspectos do ambiente de negócios que necessitam de melhorias.

## **Avaliação do Conselho de Administração**

Os Administradores elogiaram as autoridades angolanas pelo bom desempenho macroeconómico recente, caracterizado por taxas de crescimento de dois dígitos, queda da inflação, grandes excedentes nas contas fiscal e de transacções correntes e redução do rácio dívida/PIB. Observaram que políticas prudentes e o crescimento da produção petrolífera levaram a esses resultados.

Com vistas ao futuro, os Administradores salientaram que ainda restam grandes desafios. Um dos principais é reduzir a inflação ainda mais, impulsionar a competitividade externa e alcançar a sustentabilidade fiscal e da dívida externa no médio prazo, ao mesmo tempo em que são atendidas as urgentes necessidades infra-estruturais e sociais. Para além disso, será necessário um grande esforço para desenvolver os sectores não petrolíferos da economia. Isso será crucial para reduzir a dependência da produção de petróleo e realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Os Administradores incentivaram as autoridades a tirar partido do actual ambiente económico favorável e acelerar a implementação das reformas estruturais.

Os Administradores instaram as autoridades a ter cautela ao implementar o plano de elevação dos gastos públicos de capital. Demonstraram compreender as pressões no sentido de aumentar as despesas para distribuir o “dividendo da paz” e ajudar na reconstrução do país após o fim da guerra civil. Contudo, realçaram a necessidade de que esse aumento seja compatível com a capacidade de implementação e absorção do país e não prejudique a competitividade dos sectores não petrolíferos através de pressões altistas sobre os preços. Ademais, é preciso cuidado para assegurar que se empreendam tão somente projectos de investimento com bases económicas sólidas. A maioria dos Administradores instou pela adopção de um quadro fiscal de médio prazo para orientar os gastos públicos, com a política fiscal assente sobre novas reduções do défice fiscal primário não petrolífero em relação ao PIB não petrolífero e sobre uma regra conservadora do preço do petróleo. Contudo, alguns Administradores entenderam que seria importante esperar a economia assumir uma trajectória mais estável para só então adoptar um quadro fiscal de médio prazo. A criação de um fundo do petróleo regido por regras bem definidas, flexíveis e transparentes, inteiramente integrado ao processo orçamental, reforçaria a gestão da riqueza petrolífera. Os Administradores também apoiaram uma eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis, juntamente com medidas direccionadas para compensar o impacto sobre as famílias de baixo rendimento e uma reforma tributária para alargar a base de receita não petrolífera.

Os Administradores saudaram os avanços no fortalecimento da gestão das finanças públicas e na melhoria da governação e transparência nas indústrias extractivas. Insistiram que são necessárias mais acções para resolver as deficiências ainda existentes em termos da capacidade para executar e monitorizar as despesas públicas. Incentivaram as autoridades a implementar sem demora as recomendações do módulo fiscal do Relatório Sobre a Observância de Normas e Códigos, a abolir gradualmente as operações parafiscais da estatal petrolífera e a aderir à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas.

Os Administradores louvaram a prudência do banco central na condução da política monetária. Considerando a forte dolarização, o fraco desenvolvimento dos mercados financeiros e a velocidade instável de circulação da moeda, os Administradores realçaram que a política monetária deve continuar a ser pragmática e flexível. Apoiaram o uso de um intervalo como meta para o agregado monetário, em combinação com um amplo conjunto de indicadores da inflação, e recomendaram que a escolha da meta de política intermédia seja examinada constantemente. Consideraram que o programa de avaliação do sector financeiro (FSAP) planeado para 2008 é um passo importante para aprofundar e consolidar o sector financeiro e, por conseguinte, aumentar a eficácia da política monetária.

Os Administradores acolheram a reavaliação da taxa de câmbio nominal efectuada no corrente ano. Para uma série de Administradores, deve haver uma mudança gradual para um câmbio mais flexível, a fim de sustentar a redução da inflação e absorver as pressões relacionadas à valorização da moeda. Vários outros Administradores, porém, são da opinião que a estratégia das autoridades de administrar o câmbio sem no entanto mantê-lo numa trajectória predeterminada é adequada em vista da forte dolarização, do subdesenvolvimento do sector financeiro e do possível impacto negativo da valorização da moeda sobre o desenvolvimento dos sectores não petrolíferos.

Os Administradores incentivaram as autoridades a eliminar as restrições cambiais remanescentes, para que Angola possa aceitar as obrigações das Secções 2, 3 e 4 do Artigo VIII do Convénio Constitutivo do Fundo.

Os Administradores louvaram o progresso na regularização dos pagamentos em atraso para com credores do Clube de Paris e encorajaram as autoridades a manter os esforços para resolver a questão dos atrasos prolongados.

Segundo os Administradores, urge acelerar a reforma estrutural para desenvolver os sectores não petrolíferos da economia. Reformas institucionais e jurídicas tendentes a melhorar o ambiente de negócios aumentariam a produtividade, reduziriam os custos comerciais e reforçariam a protecção legal das empresas. Isso, por sua vez, estimularia o investimento privado e aumentaria a competitividade externa.

**As Notas de Informação ao Público (PINs)** são parte dos esforços para promover a transparência das opiniões e análises do FMI sobre a evolução da economia e das políticas económicas. Mediante autorização de cada país envolvido, as PINs são emitidas após as deliberações no Conselho de Administração sobre as consultas do Artigo IV com os países membros, a supervisão da evolução no nível regional, a monitorização pós-programa e as avaliações *ex post* de países membros que têm compromissos programáticos por prazos mais longos. As PINs também são emitidas após a conclusão das deliberações sobre temas gerais de política no Conselho, salvo quando este decidir em contrário em casos particulares.

## Angola: Indicadores Económicos Seleccionados, 2003–07

	2003	2004	2005	2006	2007
				Est.	Proj.
	(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)				
Contas nacionais e preços					
PIB real	3,3	11,2	20,6	18,6	23,4
Sector petrolífero	-2,2	13,1	26,0	13,1	22,3
Sector não petrolífero	10,3	9,0	14,1	27,5	25,1
Preços no consumidor (fim do período)	77	31	19	12	10
Taxa de câmbio efectiva real (fim do período) <sup>1</sup>	18	20	25	6	...
Moeda e crédito					
Meios de pagamento (fim do período)	67	50	60	60	29
Taxa de juro (fim do período, em percentagens) <sup>2</sup>	81	57	11	8	...
	(Em percentagens do PIB, salvo indicação em contrário)				
Contas fiscais					
Receitas	37,9	36,9	40,7	46,4	34,5
<i>Das quais:</i> petrolífera	27,9	28,4	32,3	37,2	26,6
Doações	0,8	0,5	0,2	0,0	0,1
Despesas	44,3	38,5	33,3	31,6	33,6
Saldo global <sup>3</sup>	-6,4	-1,6	7,3	14,8	0,9
Sector externo					
Saldo da conta corrente (incl. transferências)	-5,2	3,5	16,8	23,3	6,4
Dívida externa (mil milhões de US\$)	10,2	10,8	12,2	9,2	9,5
Rácio dívida externa/PIB	73,1	54,5	39,9	20,3	16,3
Rácio serviço da dívida pública/exportações <sup>4</sup>	23,7	16,5	10,9	8,7	4,5
<i>Por memória:</i>					
Produto interno bruto (preços correntes, milhões de US\$)	13 956	19 800	30 632	45 167	58 696
Rendimento nacional bruto per capita (US\$)	848	1 157	1 740	2 506	3 180
Produção de petróleo (milhares de barris por dia)	875	989	1 247	1 427	2 018
Preço do petróleo angolano (US\$ por barril)	28,2	36,1	50,0	61,4	59,7
Reservas internacionais brutas (milhões de US\$, fim do período) <sup>5</sup>	790	2 034	4 147	8 609	10 533
Equivalente em meses de importações <sup>6</sup>	1,9	3,1	5,6	7,1	6,3

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> O sinal positivo indica valorização.

<sup>2</sup> Taxa sobre os títulos do banco central de 90 dias.

<sup>3</sup> Em base de compromissos, exclusive doações.

<sup>4</sup> Em percentagens das exportações líquidas das despesas relacionadas ao petróleo, tais como as importações de bens e serviços e as remessas das empresas petrolíferas.

<sup>5</sup> Abrange depósitos do governo em contas no estrangeiro.

<sup>6</sup> Em meses de importações de bens e serviços não petrolíferos.

**Declaração de Peter Gakunu, Administrador do FMI para Angola  
e José Sulemane, Assessor do Administrador  
27 de Agosto de 2007**

As autoridades angolanas desejam expressar o seu reconhecimento pelo envolvimento e diálogo construtivos do Fundo, e mostram-se gratas pelos relatórios de elevada qualidade elaborados pelo corpo técnico, que identificam claramente os desafios de desenvolvimento e as opções de política que se colocam ao país a médio e longo prazo.

**Evolução Macroeconómica Recente**

Angola continua a exibir um desempenho assinalável, em termos de crescimento, decorrente da implementação de políticas macroeconómicas e estruturais robustas. Em 2006, o crescimento do PIB real foi de 18,6%, após uma taxa de crescimento excepcional de 20,6%, alcançada em 2005. Ambos os sectores petrolífero e não petrolífero cresceram a taxas de dois dígitos (13,1% e 27,5%, respectivamente). As boas condições climatéricas, os elevados preços do petróleo e as actividades de reconstrução por todo o país contribuíram para esse resultado. Angola realizou progressos significativos na redução da inflação, que passou de 18,5% em 2005 para 12,2% no fim de Dezembro de 2006. O acréscimo das exportações dos principais produtos (petróleo bruto e diamantes) reforçou ainda mais a posição da conta externa. O excedente da conta corrente aumentou pronunciadamente, de 16,8% do PIB em 2005 para 23,3% em 2006, e as reservas internacionais líquidas mais que duplicaram durante o ano, atingindo US\$ 8,6 mil milhões, o equivalente a quase 7 meses de importações de bens e serviços não petrolíferos.

Na esfera orçamental, os elevados preços do petróleo conjugados com o crescimento da produção e exportações de petróleo impulsionaram, de modo substancial, as receitas do governo em 2006. Consequentemente, o excedente orçamental global ascendeu a 14,8% do PIB, duplicando o valor do ano anterior, embora o nível inferior ao esperado das despesas de capital também tenha sido responsável por esse resultado.

No sector monetário, o Banco Nacional de Angola (BNA) manteve a sua postura de intervenção no mercado, no sentido de absorver a liquidez excedentária na economia. Em consequência, o crescimento da massa monetária continuou dentro dos níveis pretendidos, e a taxa de câmbio permaneceu estável ao longo do ano. Não obstante, outros agregados monetários cresceram a um ritmo célere, fruto da maior procura de crédito motivada pelo elevado crescimento dos sectores da construção e transportes. O sistema bancário manteve-se sólido e bem capitalizado.

**Políticas para 2007–08**

As autoridades têm vindo a implementar programas económicos bienais. O programa de 2007–08 contempla a consolidação das reformas macroeconómicas e a estabilidade dos preços, as quais procuram apoiar as actividades do sector privado, para além das reformas dos sectores público, financeiro e jurídico. Entretanto, as perspectivas de médio prazo da economia

continuam positivas, e a evolução recente sugere que o crescimento real permanecerá forte, em função das condições externas favoráveis. Para 2007, projecta-se um crescimento do PIB real em torno de 23%, reflectindo o início da operação de novos campos petrolíferos e o forte crescimento dos sectores agrícola, da construção e energia. No período 2008–12, prevê-se um crescimento médio anual de 7,5%.

As autoridades estão cientes dos desafios que a economia enfrenta a médio prazo e continuarão a tomar medidas apropriadas, como a melhoria da gestão da riqueza petrolífera, de forma a garantir a sustentabilidade orçamental e da dívida a longo prazo, a promoção da competitividade da economia e a dinamização dos sectores não petrolíferos e não extractivos da economia. Embora admitam que o petróleo constitui o principal produto, quer em termos do PIB como das exportações, as autoridades reconhecem a volatilidade deste mercado e encontram-se a trabalhar no sentido de conceber e implementar um conjunto de políticas focadas no médio prazo, a fim de evitar ciclos de expansão e retracção, e avançar com reformas estruturais para sustentar o desenvolvimento dos sectores não petrolíferos.

As autoridades investem as receitas petrolíferas em programas que maximizam os retornos sociais e económicos e estimulam o desenvolvimento geral. As autoridades estão empenhadas em consolidar a capacidade institucional e em implementar reformas que favoreçam uma gestão pública eficiente e eficaz, a par do desenvolvimento de um quadro jurídico conducente ao desenvolvimento económico e social rápido e sustentável.

### **Política Fiscal**

As autoridades continuam a demonstrar um forte empenho em melhorar a gestão das finanças públicas (GFP) e em avançar com um quadro plurianual do orçamento, com priorização das despesas a médio prazo, como uma forma geral de abordar a relação entre as receitas petrolíferas e as despesas em infra-estruturas para o futuro desenvolvimento da economia angolana. As autoridades acreditam que uma GFP mais sólida é um elemento central para reforçar o orçamento e melhorar a sua supervisão.

Tal como o corpo técnico confirmou, a prática recente do governo de adoptar uma regra conservadora na definição do preço do petróleo revelou-se importante para orientar as despesas e criar alguma margem de reserva. Contudo, o corpo técnico sugeriu empregar-se o conceito de saldo primário não petrolífero como uma âncora para a análise da posição orçamental. As autoridades consideram, contudo, que o saldo primário *corrente* não petrolífero constitui um indicador mais adequado, para que se tome em linha de conta a situação concreta de Angola, um país que precisa de níveis acrescidos de investimento em infra-estruturas, dadas as necessidades dos esforços de reconstrução.

Angola está a emergir de um período de quase 30 anos consecutivos de guerra civil, com praticamente nenhuma infra-estrutura ou capital humano. Por conseguinte, há a necessidade de se investir substancialmente nessas áreas, de forma a dinamizar a actividade económica não petrolífera. Dessa forma, o país precisa de aumentar as despesas de capital financiadas pelas

receitas petrolíferas, desde que estas estejam contidas dentro dos limites da sua capacidade de absorção. Por seu turno, a maior parte das despesas ocorreria por via das importações, o que contrabalança o argumento de que o aumento da liquidez interna poderá causar pressões inflacionistas. Assim, a tónica deveria ser colocada em ajudar o país a avançar com o processo de reconstrução pós-conflito de forma eficiente e eficaz.

### **Política Monetária**

As autoridades estão de acordo com o corpo técnico no que se refere à decisão do BNA de utilizar uma meta monetária como âncora para o seu objectivo de inflação. No entanto, face à ampla dolarização da economia, a selecção da meta de política intermédia precisaria de ser avaliada numa base contínua para garantir a sua pertinência.

As autoridades concordam que a política cambial apropriada poderia dinamizar a produtividade e facilitaria a expansão comercial e a maior diversificação da economia, tomando partido do regime comercial já liberalizado. Simultaneamente, a escolha da política cambial deve considerar a presença da dolarização, a escassez de instrumentos monetários e os mercados pouco sofisticados. Para além do mais, especificamente no caso de Angola, embora o regime cambial constitua um factor determinante, é preciso dar-se mais atenção aos mercados de trabalho e de produtos, reformas para fomento da produtividade, desenvolvimento das infra-estruturas, melhoria do ambiente empresarial e de investimentos e desenvolvimento do mercado financeiro. Enquanto o sector bancário de Angola continua a expandir-se e a tornar-se mais competitivo, as autoridades continuarão a tentar solucionar as principais deficiências do sector e a reforçar a capacidade analítica e de supervisão, interna e externa, do sistema bancário pelo BNA, em moldes compatíveis com o processo de modernização do sector. As autoridades acolhem com satisfação o apoio proporcionado pelo Fundo na forma de assistência técnica tendente ao desenvolvimento de uma estratégia para o sector financeiro, a qual se basearia nas conclusões de uma missão no âmbito do Programa de Avaliação do Sector Financeiro (FSAP) a realizar-se no próximo ano.

### **Reformas Estruturais**

As autoridades angolanas têm vindo a implementar reformas para enfrentar as consequências da prolongada guerra civil. A área crítica tem sido o fortalecimento da GFP para garantir uma gestão eficaz da crescente riqueza em recursos minerais. Também têm sido empreendidas medidas para aperfeiçoar a elaboração do Orçamento, a coordenação entre as despesas correntes e de capital e o diálogo entre o Ministério das Finanças/Ministério do Planeamento e os ministérios de tutela, relativamente a questões relacionadas com o orçamento e planeamento. Paralelamente, o sistema de responsabilização tem vindo a ser reforçado.

As autoridades reconhecem a necessidade de se avançar com reformas de grande porte para melhorar o clima de negócios. Deve ser dada maior ênfase ao desenvolvimento dos sectores privado e não petrolífero. A esse respeito, serão ponderadas as seguintes medidas complementares: o investimento público em infra-estruturas, para ajudar a superar os

constrangimentos do lado da oferta, e a redução do custo de montar um negócio, nomeadamente por via de melhorias no processo de registo, no quadro jurídico e regulador das actividades económicas e a nível do cumprimento de contratos.

De modo a melhorar a concepção de políticas e a reforçar o trabalho analítico sobre questões de desenvolvimento, as autoridades estão a realizar progressos para aperfeiçoar o sistema estatístico (qualidade, cobertura e actualidade). Adicionalmente, serão conduzidos inquéritos para avaliar a implementação de políticas e os níveis de pobreza.

As autoridades estão cientes dos desafios associados à gestão eficiente dos recursos naturais e à necessidade de transparência e boa governação nessa matéria, pelo que compreendem quão importante será a adesão à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (EITI). Mais, as autoridades consideram que é necessário encarar, de uma forma mais geral, medidas alternativas para produzir ganhos sustentáveis, a nível da melhoria da gestão das finanças públicas. Por conseguinte, as autoridades estão empenhadas em avançar com reformas amplas para alinhar o governo, a nível da gestão das finanças públicas, pelas melhores práticas internacionais. Nesse contexto, concluíram o módulo fiscal do ROSC em 2006, para direccionar as suas acções no sentido de colmatar o hiato entre as práticas actuais e as melhores práticas internacionais.

## **Conclusão**

A situação económica, social e política de Angola está a atravessar um período de transformação notável. O processo de recuperação continua a ocorrer num ambiente macroeconómico mais estável. O desempenho económico tem sido forte em virtude das reformas reforçadas. As autoridades compreendem a importância do maior envolvimento, diálogo e troca constante de opiniões para criar oportunidades de melhorar a concepção, implementação e monitorização de políticas em Angola, e continuarão interessadas em fomentar o diálogo contínuo com o Fundo.

Angola continua a enfrentar desafios para melhorar os padrões de vida da sua população e alcançar os ODM. Apesar da sua abundância de recursos naturais, Angola precisa do apoio dos seus parceiros internacionais, nomeadamente de assistência técnica, para implementar de maneira firme a sua agenda de reformas. As autoridades aguardam com expectativa os resultados positivos dos seus esforços presentes junto dos credores do Clube de Paris e solicitam ao Fundo que continue a prestar o apoio necessário.